

NACIONES UNIDAS

CONSEJO
ECONOMICO
Y SOCIAL



LIMITADA

E/LACCY/NR/L.7

Septiembre de 1965

ORIGINAL: PORTUGUES

CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE LA INFANCIA Y
LA JUVENTUD EN EL DESARROLLO NACIONAL

Auspiciada conjuntamente por la Comisión Económica para América Latina, el Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, y el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, en cooperación con la Organización Internacional del Trabajo, la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, y la Organización Mundial de la Salud

Santiago de Chile, 28 de noviembre al 11 de diciembre de 1965

LA INFANCIA Y LA JUVENTUD EN EL
DESARROLLO NACIONAL DEL BRASIL

presentado por Getúlio Lima Júnior

(Brasil)

A P R E S E N T A Ç Ã O

A preparação deste RELATÓRIO sobre a Infância e a Juventude no Desenvolvimento Nacional obedeceu, o quanto possível, a pauta proposta pela UNICEF, de forma a poder favorecer a comparabilidade dos dados apresentados pelos demais países Latino-Americanos.

A matéria é vasta. Não é tarefa fácil expô-la, em síntese, sem prejuízo da clareza, especialmente, quando destinada a debate internacional, porém, fugindo a divagação doutrinária, procuramos oferecer a meditação dos senhores Delegados a esta Conferência e a todos aqueles que se interessam pelas questões bio-médico-sociais da infância e juventude, uma visão panorâmica, onde se acham marcados simplesmente os fatos de maior relevo.

As fontes bibliográficas estão indicadas no texto; contudo, os co-autores do Relatório, cumpre-nos aqui apresentá-los: a Assistente Social Maria Amélia da Cruz Leite, Técnica do Departamento Nacional da Criança, incumbiu-se da redação do tema relativo a situação social das novas gerações brasileiras, face as modificações da estrutura socio-econômica do país e seus reflexos na vida familiar, compreendendo ainda a política da proteção social à família; a Profª Lygia Mafra Conde, Assistente do Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança, coube o pesado encargo de tratar dos aspectos da educação nacional e atitudes em relação à Infância e a Juventude, em geral.

A ambas deixamos aqui consignado nosso público reconhecimento, com as melhores expressões de gratidão.

Foram ainda mobilizados outros Técnicos e Serviços Federais para a obtenção de dados estatísticos e informativos, num verdadeiro trabalho de equipe na elaboração deste Relatório verdadeiramente impessoal, cujo objetivo principal é ser útil aos estudiosos dos problemas infanto-juvenis e dos meios para resolvê-los, servindo de base das discussões na presente Conferência.

Rio de Janeiro, agosto de 1965

Getúlio Lima Jr.

B I B L I O G R A F I A

- 1 - José Oliveira Coutinho, J.E. Alencar e Celso Arcoverde de Freitas - XV Congresso Brasileiro de Higiene - Recife - Brasil, 1962.
- 2 - Giorgio Mortara - A Fecundidade da Mulher no Brasil - IBGE - Rio de Janeiro - 1957.
- 3 - III Conferência Nacional de Saúde - Rio de Janeiro - 1963.
- 4 - Alceu Vicente W. Carvalho - A População Brasileira - Cons. Nac. Estatística IBGE - 1960.
- 5 - Carvalho Pinto - Estrutura da Aglomeração Paulistana SAGMAICS, São Paulo - 1957.
- 6 - Mario de Oliveira Ferreira - Plano Nacional de Erradicação da Malária MS. 1965-1968.
- 7 - Flammario Costa, Newton Potech Magalhães e Prof. Liesellotti Ornelas - III Seminário Interamericano de Alimentação Infantil FAO - Petrópolis - 1965.
- 8 - Nelson A. Moraes - Boletim do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil nº 3 - Setembro de 1960.
- 9 - M. Villaza - A.L. Soares, Aluizio Netto e A. Belo - O problema das diarreias infantis e sua importância sanitária no Nordeste do Brasil - Seminário sobre as Diarreias Infantis - Recife - Brasil - 1959
- 10 - Pedro Calderan Beltrão - Família e Política Social - Rio de Janeiro - 1962.
- 11 - Estanislau Fischlowitz - Fundamentos da Política Social - Rio de Janeiro - 1964.
- 12 - Estanislau Fischlowitz - Proteção Social à Família - Rio de Janeiro - 1963.
- 13 - Helena Irací Junqueira - Consequências Sociais da Urbanização - Seminário de Bellagio (Itália) - 1964.
- 14 - Maria Junqueira Schmidt - A Educação dos Pais - Primeira Jornada Familiar Regional - Belo Horizonte - 1960.
- 15 - Nair Cruz de Oliveira e Roberta de Macedo Soares - Algumas Informações sobre Assistência à Mocidade e Organizações existentes no Brasil - Seminário de Assistência à Juventude e Ação Social - Munich - 1964.

Outras Obras Consultadas:

- Situação Social da América Latina - Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais - 1965.
- Estudos sobre Problemas Médico-Sociais por Jayme Freire de Vasconcellos - Coletânea do Departamento Nacional da Criança.
- Relatório do Brasil à XII Conferência Internacional de Serviço Social - Atenas - 1964.

- Anais da XIV Conferência Internacional da Família - Rio de Janeiro - 1963.
- Plano Nacional de Educação - Ministério da Educação e Cultura - 1965.
- Salário Educação - Lei 4.440 de 1964.
- Questionário da OEA respondido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura - 1963.
- Programa de Ação Econômica do Governo - 1964-1966.
- Aliança Para o Progresso - Comissão de Coordenação da Aliança Para o Progresso - Rio de Janeiro - 1965.
- Enciclopedia Britanica (Barsa).
- Jornal Brasileiro de Medicina - Vol. VII Nº 5 - 1964 - Panorama Sanitário do Brasil.
- Programa de Trabalho - Ministério da Saúde - 1965.

CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA SOBRE A INFÂNCIA E A

JUVENTUDE NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A composição etária da população dos países latino americanos é mais ou menos a mesma.

Estima-se que dos 200 milhões de habitantes desta parte do globo, cerca de 43% ou sejam 86 milhões são de crianças e de jovens, abaixo de 15 anos de idade.

As necessidades e problemas da infância e da juventude embora comuns aos países da América Latina, variam de intensidade segundo o grau de desenvolvimento social de cada um deles.

É evidente que sendo o homem o elemento propulsor de todo o progresso, para ele devem convergir as atenções em primeiro lugar, fazendo recair a maior soma de cuidados sobre a família, especialmente sobre a infância e juventude, como etapas mais vulneráveis da vida.

Por outro lado, é justo, como é propósito desta Conferência, que sejam considerados os problemas que emergem das dificuldades que têm as crianças e a juventude da América Latina em adquirir as qualificações e atitudes necessárias e as razões destas dificuldades.

RELATÓRIO NACIONAL

BREVES DADOS GEOGRÁFICOS

Com uma superfície de 8.511.965 quilômetros quadrados, cerca de 3/8 do Brasil são constituídos de planícies, enquanto 5/8 são terras altas, de planalto. Das terras baixas, as mais extensas são a planície amazônica e o pantanal do Estado de Mato Grosso.

De um modo geral o clima é quente, tropical.

A temperatura média anual é superior a 22°C na maior parte do país. No sul do país o clima é temperado, com invernos frescos e verões brandos.

DADOS DEMOGRÁFICOS

Total da população: 70.799.352, segundo o censo nacional em 1960.

A ocupação humana do território brasileiro é muito irregular, variando de 0,73 habitantes na região norte e 29,89 na região sul, dando em média para todo o país 8,38 habitantes por quilômetro quadrado.

A população do Brasil é predominantemente rural, considerando-se como tal, as populações fora da sede de municípios e de distritos de paz, conforme a tabela I anexa.

O aumento da população brasileira é fruto do forte e incessante crescimento vegetativo, sendo no momento, praticamente inexpressiva a contribuição da imigração internacional. De acordo com as previsões da ONU para 1955/65 o incremento será de 3,3% no Brasil (1).

A taxa média de natalidade brasileira que era de cerca de 40 por mil nascidos vivos, segundo o Censo de 1960, vem conservando-se em níveis elevados em todo o país, com ligeiras diferenças entre as suas regiões fisiográficas.

As variações de região para região, encontram explicação na maior ou menor concentração da população em áreas urbanas ou rurais, sabendo-se que a fecundidade é maior dentre os habitantes de ocupações tipicamente rurais.

A elevada fecundidade é uma característica comum aos grupos que formam a população brasileira, "o número médio de filhos, nascidos vivos, gerados por 100 mulheres até o fim do período fértil de sua existência, aos 50 anos de idade, elevam-se, em torno de 1950, a cerca de 600, variando de 630, entre as pardas, 605 entre brancas e 565 entre as pretas". (2)

MORTALIDADE

A taxa bruta de mortalidade expressa pelo número total de óbitos anualmente registrado, por 1.000 habitantes, embora na dependência direta e, por isso mesmo, sujeita a limitações próprias do registro de nascimentos e de morte, da quanto possível, a medida das condições de saúde de uma coletividade.

Segundo o Laboratório de Estatística do IBGE, o Brasil apresentava o coeficiente médio de 18,5 óbitos por 1.000 habitantes, em torno de 1950,

Presume-se, na ausência ainda dos dados referentes ao Censo de 1960 que tenha havido apreciável declínio na mortalidade geral no transcurso 1950/60 ou seja, em torno de 13 a 14 por mil, tomando-se por base a taxa anual de crescimento de mais de 3% ao ano, e, tendo em conta a elevada natalidade e a contribuição da imigração.

Para o período 1964/65, seria legítimo esperar-se a continuidade da tendência manifestada na redução da mortalidade, embora o ritmo do declínio seja menor em face da interveniência de fatores novos, que dizem respeito, principalmente, a diminuição das enfermidades transmissíveis como causa de óbito.

MORTALIDADE INFANTIL

Se por um lado, demógrafos, sociólogos, economistas estudiosos dos problemas sociais estão cada dia mais convencidos de que os coeficientes de mortalidade infantil funcionam como indicador das condições de bem estar de um povo, por outro lado, em certas circunstâncias, como veremos adiante, podem levar a falsas conclusões. No Brasil, entre os censos de 1940/1950 a taxa de mortalidade infantil foi de cerca de 170 por 1.000 nascidos vivos. Embora ainda não sejam oficialmente conhecidos os dados do último censo, o serviço de Estatística do Departamento Nacional da Criança apurou para o período 1959/62 a seguinte estimativa para todo o país:

1959		145,98	por mil nascidos vivos
1960		146,00	" " " "
1961		143,85	" " " "
1962		136,13	" " " "

Enquanto a mortalidade infantil por esses dados pode ser considerada muito forte, em todo o país, como evidenciam os coeficientes superiores a 100 por mil nascidos vivos, há certas regiões e cidades mais adiantadas, em condições favoráveis, cujos coeficientes são perfeitamente aceitáveis, como na Tabela II.

As conhecidas falhas do registro civil de nascimentos, com enorme evasão dos não registrados, em grandes áreas do país pela incorreção de dados estatísticos utilizados, levam a resultados que não representam a verdade. Tabela III

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

"Calculado com base nas tábuas de sobrevivência dos diferentes grupos etários da população entre dois censos, este indicador geral de saúde reflete as conquistas obtidas na redução da mortalidade bruta. Para o ano de 1950, a vida média no Brasil, calculado entre a população natural, era de 43,7 anos, sendo 41,5 anos para os homens e 46,0 anos para as mulheres. Não se conhece, até agora,

a estimativa que o Laboratório de Estatística deverá elaborar com base nos dados do censo de 1960. Entre 1940/50, a ascensão da vida média foi de 11,7 anos, passando de 32 a 43,7 anos. É lógico presupor que, tendo havido no período 50/60 uma queda da mortalidade, idêntica aquela verificada na década anterior, senão mesmo ligeiramente superior, haja ocorrido uma paralela elevação na esperança de vida, o que daria a média de 53 a 55 anos, em derredor do período em que foi realizado o último censo da população brasileira e dos anos que se lhe seguem, incluindo o período 1964/65". (3)

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

"As correntes de migração interior no Brasil, embora muito variadas, orientam-se mais frequentemente para a cidade.

No intercâmbio migratório entre zonas rurais de diferentes Unidades ou Regiões Fisiográficas, prevalece, em geral o sexo masculino. Esta predominância é forte, especialmente nas correntes dirigidas para zonas de atividades extrativas, onde as condições de vida são pouco adequadas a natureza feminina.

Pelo contrário, as levas migratórias dirigidas das zonas rurais para as cidades são constituídas, em sua maioria, por mulheres que se deslocam em busca de emprego nos serviços domésticos, nos serviços sociais, nas indústrias e no comércio". (4)

RENDA NACIONAL PER-CAPITA

As estimativas de renda nacional per capita (Tabela IV) dão uma ideia das disparidades entre as diferentes regiões do País. O baixo poder aquisitivo da maioria do povo brasileiro dificulta o rendimento dos programas de bem estar social.

HABITAÇÃO

Segundo o censo nacional de 1960, havia no país, 13 milhões de domicílios particulares para 70 milhões de brasileiros, computando-se naquele número: cortiços, favelas e mocambos que são habitações precárias sem as menores condições de higiene e conforto.

Tomando a média de cinco membros para cada família haveria um "deficit" de apenas 1 milhão de moradias, no entanto com a inadiável substituição das habitações antigienicas, por outras em melhores condições de habitabilidade, seriam necessárias, em verdade, mais de 3 milhões.

"Em São Paulo (Capital), em 1957 24,9% dos domicílios eram satisfatórios, 52,6% medíocres, 22,5% péssimos: cortiços e favelas. (5)

Este é um dos problemas nacionais mais sérios e de enorme repercussão sobre as condições sociais em geral, e, especialmente sobre a infância e juventude.

ANALFABETISMO

A partir de 1961 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases que fixou a política educacional do Brasil em termos de autonomia para as unidades federadas, para a solução dos problemas educacionais, tem havido grande avanço na luta contra o analfabetismo e no aperfeiçoamento de todos os graus de ensino.

EXAME DOS PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES EM MATÉRIA DE SAÚDE EM GERAL E, ESPECIALMENTE DOS RELACIONADOS COM A PROTEÇÃO A INFÂNCIA E JUVENTUDE.

As necessidades e problemas da infância e da juventude, brasileiras, estão na dependência da situação social até aqui exposta em rápida visão panorâmica.

A grande extensão territorial e as dispares condições de desenvolvimento de Regiões Fisiográficas, em que é dividido o país, dificultam a apreensão global de qualquer fenômeno econômico e social no Brasil, cujas variações são as vezes muito amplas dentro das próprias regiões.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

No Brasil, como na maior parte dos países latino-americanos é insuficiente o número de médicos e de outros profissionais para os serviços médicos, hospitalares e sanitários.

A carência é um só tempo quantitativa, qualitativa e especialmente no que se refere a distribuição geográfica dos técnicos dedicados a assistência a população e a melhoria das condições da saúde do povo.

"Segundo dados censitários, o Brasil contava em 1960 com 4,1 médicos para 10.000 habitantes, enquanto nos Estados Unidos da América do Norte há 13,0, no Canadá 10,0, na Argentina 13,0 e no Uruguai 11,0 por 10.000 habitantes.

"Em 1959 existiam cerca de 27.000 médicos em atividade efetiva, para toda a assistência médica no território nacional, o que representava mais ou menos 1 médico para cada 2.500 habitantes". (1)

O quadro não é mais favorável quanto a enfermagem pois, a proporção das enfermeiras consideradas diplomadas era em 1960, de 1,2 para cada 10.000 habitantes, quando a média para a própria América Latina é de 2,5 para cada 10 mil pessoas.

Acresce ainda no Brasil, a inadequada distribuição geográfica dessas profissionais que se concentram, em geral, nos grandes centros, deixando grande parte da população dispersa pelas pequenas cidades do interior e zona rural, sem a adequada assistência.

Daí ressaltam imediatamente duas momentosas questões:

A do preparo de pessoal e a da intervenção do estado nos planos de assistência médica as populações.

O preparo de pessoal de todas as categorias profissionais para o serviço de saúde e assistência vem merecendo as melhores atenções do Estado, num esforço conjugado com os órgãos internacionais de cooperação.

A par dos estudos para a aceleração da formação de profissionais de nível universitário, no sentido de obter maior número em menor tempo, estudos que vão bem adiantados, multiplicam-se por todo o país, cursos intensivos de pequena duração, para o preparo de pessoal auxiliar, tão necessário a realização das atividades de saúde e assistência.

No que se refere a distribuição de médicos, o Ministério da Saúde, através do Serviço de Assistência Médica Federal aos Municípios tem procurado dar solução adequada, garantindo a permanência de um médico nos municípios inassistidos, mediante acordo com as municipalidades, pagando salário e dando outras condições favoráveis a fixação do profissional que, espontaneamente, não se deslocaria para o interior do país, já pelas baixas condições econômicas desses municípios, já pela atração que exercem os grandes centros, onde a vida é, sem dúvida mais agradável.

Essa tem sido, nesses últimos anos, a solução posta em prática, cujos resultados ainda controvertidos, não se acham inteiramente avaliados.

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

A rede hospitalar no Brasil, embora em acentuada expansão, não atende ainda as necessidades atuais.

Ocorre com a assistência hospitalar no país o mesmo fenômeno da assistência médica, ela se concentra nas capitais e nos grandes centros urbanos, com maior número de leitos hospitalares, ficando as pequenas cidades desprovidas desses recursos.

Em 1959, havia 233.503 leitos de todas as especialidades dando em média 3,3, leitos por 1.000 habitantes. Tabela V.

ALIMENTAÇÃO

Os padrões alimentares brasileiros estão compreendidos nos limites conhecidos nos países subdesenvolvidos, onde as disponibilidades alimentares per capita não atingem a 2.500 calorias.

De um modo geral, a alimentação do povo brasileiro caracteriza-se pela carência de alimentos protetores-proteínas principalmente as de origem animal, bom como de sais minerais, vitaminas e de lipídios.

Segundo dados fornecidos pelos Arquivos Brasileiros de Nutrição, a média de calorias consumidas pelos brasileiros em sua alimentação é de 2.353 por pessoa e por dia, das quais 17% são de origem animal. Entretanto em levantamento feito pela FAO em 39 países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a média de calorias consumidas por pessoa e por dia, foi de 2.659, sendo 29% de origem animal.

Há ainda a considerar as variações por camadas sociais e regionais, sendo que no nordeste do país, a alimentação é, geralmente, extremamente pobre em proteínas.

SANEAMENTO BÁSICO

O abastecimento de água e remoção dos dejetos humanos são 2 grandes problemas sanitários, não só no Brasil, como em toda América Latina.

Em relação ao problema de água, transcrevemos aqui o que nos informa a Organização Pan-Americana de Saúde: "Um levantamento de dados referentes a 1958 revela, que em 19 países latino-americanos havia 29 milhões de indivíduos, total que representa 39% da população urbana da América Latina, vivendo sem o conforto indispensável de água encanada".

"Nas cidades com 2.000 a 10.000 habitantes, compreendidas no grupo dos centros urbanos da América Latina, 70% da população vivia sem água encanada".

"Calcula-se que na América Latina 100 milhões de pessoas vivam sem água".

Mostram ainda os dados analisados pela OPS: "De 1950 a esta parte 1960, o número de pessoas que na América Latina contava com água encanada, aumentou em 21 milhões, porém a população dessas regiões cresceu, no mesmo período em 30 milhões".

Em relação ao problema de esgotos a OPS não nos apresenta dados concretos, apenas evidência a falta desse serviço a substancial parcela das populações, sabendo-se que a maioria das cidades latino-americanas não possui rede de esgotos. Nas zonas rurais, a quase totalidade das casas não tem sequer a mais

rudimentar instalação sanitária.

A situação no Brasil não é muito diferente, os dados apresentados pelo IBGE, resumidos na Tabela VI, para 31/13/58, revelavam que dos 2.630 municípios existentes no país, apenas 1.249 (47,5%) tinham qualquer tipo de abastecimento de água e só 2.271.234 (18%) dos 12.615.797 domicílios registrados no país eram servidos por sistemas de abastecimento de água.

A situação ainda era menos favorável em relação aos serviços de esgoto. Dos 2.630 municípios que haviam na época, apenas 884 (33,7%) dispunham de serviço de afastamento de dejetos humanos. O número de domicílios servidos pela rede de esgotos ou sistemas de fossas, era em 31/12/58 de 1.869.118, ou sejam 14,8% do total de prédios registrados no país na época considerada.

A deficiência do saneamento básico em nosso país, como em extensas áreas da América Latina, traz, em decorrência, a manutenção de doenças transmissíveis do aparelho digestivo, com altos coeficientes de morbidade, pesando consideravelmente nos coeficientes de mortalidade, ainda bastante elevados nessas regiões.

PROBLEMAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE

No Brasil, como ocorre nas áreas subdesenvolvidas, há predominância das doenças transmissíveis sobre as doenças degenerativas.

As doenças transmissíveis evitáveis e seus altos coeficientes de mortalidade marcam bem o estágio em que se encontram as áreas que ainda não alcançaram o desenvolvimento econômico, enquanto que nos países avançados, prevalece o obituário pelas doenças degenerativas.

As endemias, chamadas rurais, refletindo o acerto do conceito anterior, dominam, no Brasil, o quadro das doenças que comprometem a saúde de milhões de brasileiros, e retardam a marcha do progresso, de grande parte do país.

Citando simplesmente as doenças transmissíveis e não transmissíveis, de maior incidência sobre as populações, com ligeiras variações segundo as Regiões Fisiográficas, detemos-nos, em seguida, no exame daquelas que se referem particularmente à infância e à juventude.

MALÁRIA

A Malária, que é um dos mais graves problemas sanitários do país, marcha para a solução, pois, os seus "índices tem sofrido reduções alentadoras, o que todavia, não é o objetivo final. Erradicar a malária é a grande meta. Já não há mais qualquer dúvida de que possa ser atingida.

Densas e ricas áreas já se encontram em adiantado trabalho de erradicação.

O atual plano se propõe a ampliá-las corajosamente, de tal sorte, que a área malarígena brasileira, que corresponde a 90% do nosso território, esteja totalmente em erradicação, em 1958" (6).

ESQUISTOSSOMOSE

É outro sério problema sanitário, pois, a prevalência desta enfermidade abrange 4 a 5 milhões de pessoas, segundo estimativa de inqueritos que revelaram índices de infestação que podem atingir até 90%. (3)

OUTRAS ENDEMIAS

Ancilostomose, Filariose, Bófia, Brucelose, Tracoma, Leishmaniose, Lepre, Tuberculose, Varíola são doenças sobre as quais, gradualmente, vai sendo possível estabelecer-se o desejado controle sanitário.

DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Grandes esforços e recursos têm sido igualmente despendidos pelo Brasil no combate a esse grupo de doenças que englobam, principalmente, as doenças cardiovasculares, o cancer, as doenças mentais e o bócio endêmico.

PRINCIPAIS PROBLEMAS SANITÁRIOS MAIS RELACIONADOS COM A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE:

- 1 - Desnutrição
- 2 - Doenças Infecciosas e Parasitárias

DESNUTRIÇÃO

Vale transcrever aqui as conclusões do Relatório apresentado pelo Departamento Nacional da Criança ao III Seminário Inter-Americano de Alimentação Infantil - FAO - Petropolis - Brasil (7).

1. "Resultados de inquéritos mais recentes (1959-1963) indicam que existem ainda carências alimentares específicas e deficit calórico, entre os grupos populacionais principalmente os mais pobres. Indicam os seus resultados que a cota diária média de proteínas totais (mais de 50 gr.) é aceitável, porém a fração proteica de origem animal é baixa, o que se deve a deficiência de alimentos nobres: leite, ovos e carne.
2. A restrição de alimentos nobres que são mais caros, deve-se ao baixo poder aquisitivo do povo e a produção deficiente dos mesmos.
3. As dificuldades de transporte e o armazenamento deficiente, devido à grande extensão territorial do país, agravam as condições de disponibilidade para consumo, ocasionando uma perda de 40%.
4. A limitação de recursos e a ignorância (tabús), continuam sendo entraves, principalmente na melhoria das condições nutricionais de gestantes e nutrízes, indicando que também nesta área há que intensificar os programas existentes e abrir novas frentes de assistência e educação alimentar, abrangendo a família em conjunto.
5. Apesar dos programas já em plena execução, visando ao atendimento alimentar, o problema da desnutrição continua sendo de tal magnitude que exige maior empenho em solucioná-lo, mormente tendo em vista a explosão populacional, num crescimento da ordem de 3,0% ao ano, sobre cerca de 80 milhões de habitantes.
6. Os programas de atendimento ao pré-escolar, grupo de mais difícil acesso, devem merecer especial atenção. Educar a mãe em função do grupo familiar para atingir ao filho, que nesta idade muito dela depende.
7. O escolar tem sido melhor contemplado na assistência que recebe através dos órgãos assistenciais, considerando-se principalmente o extraordinário movimento de abertura de novas escolas, que além de oferecerem ensino possibilitam a extensão de benefício da merenda escolar a um numero expressivo de crianças."

DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS DIARRREIAS INFANTIS

Sob as denominações amplas de Diarreias Infantis, Diarreias Agudas na Infância e de Gastro-Enterites agrupam-se; Shigeloses, Salmoneloses e outras doenças gastro-intestinais, grandes responsáveis, no País, pelo obituario infantil.

"As diarreias infecciosas representam a causa principal de doença e morte entre as crianças brasileiras. Estima-se que ocorrem anualmente, no Brasil, em média de 110.000 a 140.000 óbitos de infantes provocados por esse grupo de doenças.

No nosso país, não existe outra causa ou grupo epidemiológico de causas responsável por tão elevada mortalidade". (9)

Dentre as conclusões do Seminário realizado em Recife-Brasil, sobre "O Problema das Diarreias Infantis e sua Importância no Nordeste do Brasil - os autores dão destaque as seguintes: "a mortalidade geral nos 7 Estados examinados (Ceará a Bahia) é muito elevada.

"A principal causa de morte foi a diarreia e as enterites, ocorridas em crianças. Nas capitais dos 7 Estados, enquanto todas as outras doenças apresentaram coeficientes oscilando entre 45 e 253 por 100.000 habitantes, as doenças diarreicas compareceram com coeficientes entre 244 e 1039 por 10.000 habitantes". (10)

Bastam essas duas citações para poder-se avaliar a importância das diarreias agudas no quadro geral da morbidade e mortalidade infantis.

OUTRAS DOENÇAS INFECCIOSAS MAIS COMUNS NA INFÂNCIA

A pesar das medidas de profilaxia das doenças transmissíveis e, especialmente, pelas vacinações regulares, executadas em todo o território nacional, a infância e a juventude brasileira, pagam pesado tributo por: sarampo, coqueluche, difteria, poliomielite etc. sem, contudo, haver estatísticas fidedignas, para todo o país, havendo simplesmente amostras regionais da frequência da ocorrência, pouco elucidativas para um relatório de caráter geral.

VERMINOSES

As infestações verminóticas constituem um dos problemas mais sérios da patologia infantil brasileira. Não há dados totais, porém das numerosas pesquisas até hoje divulgadas em revistas e monografias, considera-se que a incidência média giram em torno de 60%. Em certos municípios é de 100%.

Os helmintos mais frequentes são "ascaris lumbricoides", o "Trichicuris Trichicura" e o "Oxiurus vermicularis". O "Ancilostoma e duodenalis" e o "Brasiliensis" comensais altamente espoliadores do sangue, prevalecem em certas áreas.

MODIFICAÇÕES DA ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO PAÍS E SEUS REFLEXOS NA VIDA FAMILIAR

De país tradicionalmente agrícola, entrou o Brasil, nas últimas décadas, em processo de industrialização acelerado, e de desordenada urbanização. Esta transformação, provocando modificações radicais na estrutura socio-econômica do país, veio alterar, em maior ou menor grau, uma enorme escala de valores, sobre os quais repousava a família brasileira, quanto a sua estrutura e funções.

I - MODIFICAÇÕES NAS SOCIEDADES URBANAS E RURAIS

Ainda há poucos anos, a família era, no Brasil, típica e preponderantemente patriarcal. Baseada em laços de consanguinidade, funcionava como unidade de produção e de consumo, com vínculos afetivos bastante fortes e sentimento de profunda solidariedade, reunida em torno de seu chefe, cuja autoridade econômica, social e moral todos acatavam. Os seus membros, representantes de várias gerações, comungavam das mesmas ideias e interesses, sendo costumes e usos transmitidos pelos mais velhos aos mais moços.

Mesmo nas famílias das classes inferiores, fossem estas constituídas pelo vínculo do matrimônio ou pelo simples acasalamento, com padrões sob certos aspectos menos rígidos, se encontravam, bem vivos os sentimentos de solidariedade e o respeito a autoridade paterna.

Os núcleos populacionais, rarefeitos e dispersos, e as dificuldades de vias de transporte e de meios de comunicação contribuíam, por sua vez, para que

as famílias se mantivessem fechadas, mantendo interação apenas com famílias vizinhas ou próximas. As solicitações exteriores chegavam, por isso mesmo, bastante diluídas e as aspirações eram limitadas. A família constituía-se, de fato, "o centro de segurança educação e lazer." (10)

Somente nas capitais e numa ou outra cidade mais populosa existiam serviços de saúde e estabelecimentos de ensino secundário, sendo o ensino superior privativo das grandes metrópoles e acessível apenas aos jovens das famílias abastadas que se permitiam enviá-los e mantê-los nos grandes centros. O intercâmbio econômico era praticamente inexistente ou precário.

Se, por um lado, este isolamento preservava a instituição familiar, por outro, cerceando-lhe as possibilidades de acompanhar "pari passu" o progresso, deixou-a despreparada face as inovações impostas pela tecnologia e ao afluxo de novas ideias cuja penetração se tornava cada vez mais intensa, dada a expansão vertiginosa dos meios de comunicação.

Vivia a maior parte da população brasileira no meio rural, "em áreas sub-estagnantes da economia agrária, de lavoura pouco rendosa e insuficientemente produtiva que não pode proporcionar aos rurais meios de subsistência" e onde "a prevalência do sistema de propriedade e posses da terra de caráter concentracionário" ... oferece "escassas facilidades de ascensão vertical." (11)

O eco do progresso das grandes cidades começou, pois, a despertar, nas famílias rurais ou em muitos dos seus membros, necessidades materiais e espirituais, sem que tivessem possibilidades econômicas para satisfazê-las ou existissem recursos locais que lhes atendessem.

O resultado desse novo estado de cousas foi o deslocamento intensivo dos habitantes do campo para as regiões mais promissoras, ou simplesmente, do interior dos Estados para as suas Capitais, prevalecendo para estes últimos, razões de saúde, procura de instrução para os filhos ou meras compensações de ordem social.

O resultado do censo de 1960, comparado com os de 1940 e 1950 evidencia o volume e o incremento do êxodo rural. Assim, de 31,24% em 1940 e 36,16% em 1950, a população urbana nacional passou a representar 45,08% da população total do país. (12)

A maioria dos migrantes procede das camadas economicamente débeis da sociedade e a sua meta são as zonas em processo de industrialização, isto é, o sul do país. A esperança de salários compensadores, da possível promoção social, compen-sa-lhos as aguras de uma viagem longa e penosa. Muitos deixam mulher e filhos que farão vir ou virão buscar depois que vencerem, no novo habitat. Outros, se fazem acompanhar da numerosa família tendo vendido antes os poucos bens que por ventura possuem.

Nas cidades de destino, se acomodam em casas, já superlotadas, de conhecidos ou parentes, com os quais permanecem, até construirem os seus barracos, quando ali não ficam indefinidamente. Carecem essas habitações dos recursos mínimos de higiene e das condições mais elementares de conforto. Toda uma família, qualquer que seja o número, a idade ou sexo de seus integrantes, se comprime, não raro, em um único comodo, vivendo em total promiscuidade.

Afeitos exclusivamente ao trabalho braçal, analfabetos ou semi-alfabetizados, as possibilidades de emprego para os imigrantes se apresentam, porém, diminutas. Não possuem documentação civil e trabalhista. Ao despreparo para o trabalho na industria se alia a crescente escassez de oportunidade de emprego neste setor cujo adiantamento tecnológico vai, cada vez mais, dispensando a mão de obra quantitativa. Voltam-se, por isto, para a construção civil e obras públicas, onde executam trabalho não qualificado, de duração irregular e de baixa remuneração ou fazem serviços eventuais de pagamento imediato (biscates). O subemprego rural transfere-se, deste modo para a orbita de desemprego e subemprego urbano.

As cidades, sub-equipadas de serviços de infra-estrutura, com deficits acentuados de habitação popular e com recursos médico-sanitários, educacionais, assistenciais e recreativos insuficientes para o atendimento de sua população autóctona, vêm assim, os seus problemas avultarem, face ao aumento populacional de corrente destes fluxos migratórios a engrossarem as fileiras do subproletariado e o número dos desempregados, de doentes, de subnutridos e ociosos.

II - MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA E ESTABILIDADE DA FAMÍLIA

Nestas condições, a luta pela sobrevivência reveste-se de aspectos quase dramáticos, recaindo sobre a instituição familiar, sobretudo nos meios urbanos, o seu maior impacto.

A classe média e a alta não assistem, imunes, o drama das classes economicamente fracas e socialmente dependentes da sociedade. Também nelas as famílias veem ameaçada sua estabilidade e enfraquecida sua coesão. Uma e outra classe estão expostas à influência desagregadora de novos fatos, idéias e doutrinas.

Enquanto nas famílias da classe pobre e proletária, as forças motrizes da desintegração familiar são predominantemente de ordem econômico-social, nas classes alta e média são de proveniência e essência moral, sem que faltem, aliás, em certos meios da classe média, agravantes elementos de caráter econômico." (12)

A "inflação populacional", por sua vez, concorre para o agravamento da crise familiar. Cada filho que nasce, onera o orçamento da família e a sua sobrevivência progressivamente garantida pela diminuição dos índices de mortalidade infantil, tende a criar um impacto no mercado de trabalho com o aumento do contingente da mão de obra jovem a ser absorvida. (Seria necessária a criação de 700.000 empregos novos, por ano, para esta absorção).

O número de "uniões de fato" de "companheirismo" de curta duração, a incidência considerável de filhos ilegítimos, de mães solteiras, os casos de crianças abandonadas e delinquentes, de desquites e separações, incremento da promiscuidade sexual são reflexos da crise que atravessa a família brasileira.

A manutenção do lar deixou de ser função primordial do chefe da família; tornou-se tarefa de todos os seus membros, incluindo as mulheres e até as crianças. O pai, devido à idade e falta de capacitação profissional, nem sempre é o mais habilitado a perceber o maior salário. Não mais polariza a autoridade do grupo familiar, eximindo-se muitas vezes da responsabilidade relativa à existência de seus membros.

A mulher, que, no passado, raramente exercia ocupação remunerada fora do lar e que ocupava posição de subordinação ao homem, passou a trabalhar na indústria, no comércio e no serviço doméstico assalariado. A sua co-participação nas responsabilidades financeiras da família libertou-a da tutela masculina, conferiu-lhe posição de igualdade ao homem e, conseqüentemente, autoridade nas decisões familiares. Afastou-a, também, dos afazeres domésticos, inclusive do cuidado constante e regular dos filhos menores que são confiados aos cuidados mercenários de domésticas, a vigilância de vizinhos ou a guarda de irmãos um pouco mais velhos, quando não ficam simplesmente entregues à própria sorte: na promiscuidade dos cortiços e casas de comodos ou tugúrios (favelas, mocambos, malocas) ou na rua. Alguns são internados em estabelecimentos públicos ou particulares que lhes garantem abrigo, alimentação e escola.

Os filhos, por seu turno, quando não contam com o atendimento das mais elementares necessidades de consumo, são forçados, em idade precoce, a contribuir pelo trabalho, para o orçamento familiar e não raro, a assumir os encargos de chefe. Estas circunstâncias juntamente com as facilidades urbanas, lhes possibilitam do grau de educação superior à dos pais, lhes proporcionam crescente emancipação.

Bruscamente, a antiga família patriarcal, de índole conservadora, se transforma em igualitária. Novos tipos de relações se inserem no grupo familiar e ampliam-se as relações extra-familiares. Surgem mudanças nas formas e estilos de vida, individuais e coletivas. "Os valores morais tradicionais enfraquecem-se e

inexistem elementos para novas formulações. A religião professada em bases primitivas não encontra sua inserção satisfatória nessa nova conjuntura." (13)

III - MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DAS CLASSES SOCIAIS

Por outro lado, os fenômenos de ascensão social vão assumindo vulto ignorado no passado. Observa-se como que um esforço generalizado para a conquista de níveis mais altos no escalonamento social, com uma acentuada super valorização dos bens materiais em detrimento dos valores éticos e espirituais.

Da classe de assalariados, grupos mais categorizados de trabalhadores ingressam na classe média, com ela se identificando nas aspirações, necessidades e hábitos. Na classe média, as famílias com níveis educacionais bastante elevados e vivendo, na grande maioria de rendimentos fixos, submetem-se, com frequência, aos maiores sacrifícios, para a consecução dos padrões de conforto material e de prestígio social desfrutados pela classe alta. O desejo de ascensão social se manifesta não somente nos indivíduos, isoladamente como em grupos da coletividade, verificando-se discriminações e subdivisões dentro de cada classe, sobretudo entre os trabalhadores assalariados.

IV - MUDANÇAS NAS ASPIRAÇÕES E FONTES DE FRUSTAÇÃO ENTRE A JUVENTUDE

Considerando que na pirâmide etária do país o grupo de 0 a 14 anos corresponde a 41,85% da população total (12) é fácil compreender que essas mudanças, verdadeiramente revolucionárias das condições de vida contemporânea atingem, em cheio, a infância e a juventude.

Em meio aos conflitos de ordem econômica, cultural e psico-social, que acompanham a mobilidade horizontal e vertical da sociedade, são os jovens despertados para novos interesses e apresentam solicitações que não encontram resposta no grupo familiar.

"A família não consegue mais filtrar e interpretar as idéias, atitudes e sentimentos correntes para uma apresentação à mente infantil que leve a unidade e não a confusão mental. Daí a dificuldade, para os jovens, de elaborar uma escala de valores e um plano de vida baseados em ideais precisos e significativos." (14)

Devido à disparidade na distribuição da riqueza, um grande número de jovens não chega a concluir o curso primário, poucos alcançam o grau médio e somente a um pequeno grupo é facultado o acesso à Universidade. Falta-lhes lazeres adequados e os meios de difusão de massas os expõem aos impactos mais contraditórios da nossa cultura.

Seduzidos pelo progresso, atraídos por novas idéias e doutrinas, passam a considerar como obsoletos, ultrapassados os valores que até então lhes condicionavam a existência. Há como que um apismo entre suas aspirações, suas possibilidades e seu desempenho, donde consequências de ordem psicológica: a incapacidade gerando a insegurança, esta, por sua vez, dando margem a maior ansiedade e se manifestando, então, através de agressividade e de insubmissão.

Ora, à cata de maior afirmação e segurança, ora forçados pelas circunstâncias, assumem responsabilidades acima de sua idade e capacidade. Procuram participar da vida adulta; tentam adaptar-se ao novo meio ... Entretanto, suas atitudes não passam, por vezes, de reflexos de uma pseudo-assimilação dos novos valores.

- Em detrimento de sua formação são chamados, não raro, a participar prematuramente da vida pública e a assumir uma liderança para a qual não foram preparados. No relatório apresentado ao Seminário de Assistência à Juventude e Ação Social, promovido pela Federação Alemã para Países em desenvolvimento, em fevereiro de 1964, encontramos as seguintes afirmativas da Delegação Brasileira:

"Uma das causas dessa distorção da mocidade decorre, sem dúvida, da defasagem do desenvolvimento do ensino em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro. A escola de grau médio como a Universidade mantem-se muito aquém do pro

gresso sócio-econômico."

E a seguir:

"A geração adulta não está alheia à inquietação em que se debate a juventude brasileira. Porém, com raras exceções, não se apresenta capaz de estabelecer com ela o diálogo que responda satisfatoriamente os seus anseios."(15)

Segundo afirmam, já se delineiam, porém, nesse sentido algumas animadoras perspectivas.

ALIMENTOS RICOS EM PROTEÍNAS - NUTRIÇÃO

A flagrante de proporção existente entre o crescimento das populações e a produção de alimentos básicos vem despertando a atenção de todos povos, especialmente dos da América Latina, onde a situação é cada dia mais grave.

No Brasil, esforços oficiais e das classes produtoras estão conjugados na execução de programas de reorientação agrícola, tendo em vista a produção de alimentos ricos em proteínas tanto de origem animal, como vegetal.

Podemos citar os seguintes principais fatores que interferem no agravamento da situação alimentar:

- 1) deficiência de produção de determinados alimentos básicos.
- 2) inadequado sistema de transporte, armazenamento e distribuição de alimentos
- 3) baixo poder aquisitivo do povo, em geral.
- 4) tabus alimentares, com desconhecimento pelo povo do valor nutritivo de certos alimentos regionais.

As carências: proteica, vitamínica, ferrica e de sais minerais da alimentação do brasileiro, em geral, encontram ainda nas entero-parasitárias um fator agravante, especialmente quando se trata de crianças e de jovens.

Dessas carências, a proteica é sem dúvida a mais importante.

A pesar do Brasil ocupar um dos principais lugares dentre os países de maior rebanho bovino, no mundo, a produção de carne e de leite, principais fontes de proteínas animais, é insuficiente para cobrir as necessidades alimentares da população.

Quanto ao leite, a situação é, no país, a seguinte:

- a) produção anual: 5 bilhões e 300 milhões de litros;
- b) produção diária: 14 milhões e 500 mil litros;
- c) total de leite necessário: 16 milhões e 300 mil litros;
- d) população até 12 anos de idade: 32 milhões e 600 habitantes;
- e) consumo ideal: meio litro diário;
- f) déficit diário: 1 milhão e 800 mil litros diários.

No Brasil, 5 milhões de crianças menores de 2 anos, precisam de leite.

Deficit geral de leite: 11 milhões de litros diários.

A escassez do leite e o baixo poder aquisitivo da maioria do povo brasileiro dão origem a carências alimentares, máximo de proteínas, responsáveis por grande numero de obitos de crianças nos 4 primeiros anos de vida.

Durante 12 anos, do 1950 a 1962 o Brasil recebeu do Fundo das Nações Unidas Para a Infância (FISI) 555 mil toneladas de leite em pó, para a alimentação de gestantes, nutrízes, lactentes, pré-escolares e escolares de todo o país.

Depois disso, tem recebido, já agora de Food for Peace (Alimentos para a Paz) igualmente grande suprimentos em leite em pó.

A despeito do valor da contribuição internacional, contudo, de caráter de emergência e de transitoriedade, o Governo Brasileiro vem procurando uma solução para esse problema, estudando alimentos que sirvam para a nutrição de crianças, em qualquer idade e que, ao mesmo tempo, sejam economicamente acessíveis.

Nesse sentido, outras fontes de alimentos estão sendo estudados para o consumo pelas populações mais vulneráveis, tendo por base as proteínas de origem vegetal.

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NACIONAL E ATITUDES EM RELAÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE EM GERAL

I - PANORAMA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A Educação tem constituído no Brasil um constante desafio aos poderes sobre cujos ombros, constitucionalmente, pesa a responsabilidade de sua solução.

Interrelacionada com outros aspectos, médico-sociais, é, sem dúvida, uma das prioridades para o desenvolvimento sócio-económico do país.

A vasta extensão territorial e baixa densidade demográfica; os problemas decorrentes da subnutrição; a deficiência de recursos materiais e de pessoal qualificado; a necessidade da convocação prematura do menor para o trabalho, principalmente agrícola (colaborando para o reforço do orçamento doméstico), são aspectos que interferem e têm dificultado a marcha dos programas de educação e, conseqüentemente entravado a saída do país de seu subdesenvolvimento.

Contamos ainda com o alarmante índice de analfabetismo - 49% da população ou seja 20 milhões de analfabetos maiores de 15 anos.

O crescimento demográfico, em torno de 3% ao ano, traz u'a perspectiva de progressivo acréscimo de população, especialmente de jovens, para os quais é necessário prever e prover recursos educacionais, com orientação vocacional e profissional, empregando-se as técnicas aprendidas, produtivamente, em prol do desenvolvimento do país.

Essas medidas até agora não haviam sido bem equacionadas face o sistema tradicional da educação, arcaico, com a falta de coordenação entre as instituições; ausência de planejamento objetivo; descontinuidade administrativa, resultando a descontinuidade de ação.

A deficiência de dados estatísticos, fidedignos, dificulta a avaliação da real extensão dos problemas do ensino em nosso país. O Relatório da Delegação Brasileira à Conferência sobre Educação e Desenvolvimento, realizado no Chile em 1962, apresenta os seguintes dados:

Brasil, 1959: matrículas e graduações nos diversos níveis educacionais

A - 1º NÍVEL: de cada 1.000 crianças de 7/12 anos:

- a) matricularam-se na 1ª série da escola primária 517
- b) graduaram-se na 4a série 40

B - 2º NÍVEL: de cada 1.000 crianças de 12/14 anos:

- a) matricularam-se na 1ª série da escola média 22
- b) graduaram-se na 4a série 11
- c) graduaram-se na 7a série 5

C - 3º NÍVEL: de cada 1.000 adolescentes de 14/18 anos:

a) matricularam-se na 1ª série da escola superior 2

Brasil: Incremento das matrículas no decênio 1950/60:

	<u>Matrículas no Brasil</u>	
	<u>1 9 5 0</u>	<u>1 9 6 0</u>
1º NÍVEL	4.352.000	7.141.300
2º NÍVEL	540.000	1.177.000
3º NÍVEL	49.700	93.200
Incremento no 1º NÍVEL	- 64%	
Incremento no 2º NÍVEL	- 118%	
Incremento no 3º NÍVEL	- 88%	

Mas, como a população, durante o decênio, aumentou de 36%, o incremento real foi de:

Incremento no 1º NÍVEL	- 28%
Incremento no 2º NÍVEL	- 60%
Incremento no 3º NÍVEL	- 38%

FONTE: Relatório da Delegação Brasileira à Conferência sobre Educação e Desenvolvimento - Santiago do Chile, 1962

Êsses números demonstram a redução gradativa da matrícula no ensino médio e maior ainda no ensino superior, níveis esses responsáveis pela formação de especialistas e técnicos de graus, intermediários e superiores, respectivamente essenciais a superação do retardo do desenvolvimento.

O princípio de limitação das matrículas, nas escolas superiores; o sistema de seleção dos alunos com a sua eliminação; as próprias condições didáticas do ensino de ciências e tecnologia que requerem maiores espaços nas escolas, auditórios, laboratórios, material e pessoal qualificado, tem contribuído para essa evasão do ensino.

A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, de 1961, traçando a política; estabelecendo competências; criando fontes de receita e seu critério distributivo, abriu novos horizontes para o campo educacional do Brasil. Dando maior flexibilidade ao ensino e maior autonomia aos Estados para a solução dos seus problemas, ela proporcionou a introdução de novos sistemas pedagógicos, mais consentâneos com a realidade brasileira. Entre os principais pontos instituídos, ressaltam-se:

Conselho Federal de Conselhos Estaduais de Educação - Órgãos essenciais à reforma da política de ensino;

Fundos Nacionais - de ensino primário - médio e superior, de cuja aplicação resultou, em 1962, o Plano Nacional de Educação que foi reformulado em 13/3/65, para atualização, sob o imperativo dos seguintes fatos:

a) instituição do SALÁRIO EDUCAÇÃO, criado pela Lei nº 4440, de 1964 e que será analisado adiante;

b) a realização em 1964, do Censo escolar, ainda não integralmente apurado e que obedeceu ao roteiro do manual anexo. Esperamos que, o Delegado do Brasil, possa, no momento da Conferência, apresentar dados definitivos sobre os problemas da educação;

c) a execução de apenas parte dos objetivos e normas daquele Plano, pelos Planos parciais e, a vista de disposições orçamentárias ainda não correspondentes ao espírito do Plano.

d) Introdução de modificações, fruto da experiência dos três primeiros anos de vigência do Plano.

Com objetivo de obter a perfeita integração dos Planos de Educação com os de desenvolvimento econômico e social, previu-se:

- a) extensão da escolaridade primária;
- b) expansão da matrícula nas escolas primárias e médias;
- c) intensificação do programa de alfabetização de adultos;
- d) implantação de rede de centros de aperfeiçoamento do magistério, de ginasios e colegios modernos e
- e) programas intensivos de formação de mão-de-obra industrial e ampliação das oportunidades de educação técnica de nível superior, etc.

A partir de 1964, tendo sido definidas as atribuições do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, vem sendo revisto o programa nacional no qual se integra um Grupo de Trabalho encarregado de efetuar estudos para a reformulação do Programa de Ação no setor da Educação. Esse grupo elaborou um programa obedecendo ao seguinte roteiro:

Análise da situação atual, mediante estudos da concentração demográfica urbana e rural, concentrada e dispersa, por zonas fisiográficas; estudos da população em idade escolar e seu atendimento por níveis de ensino, por zona urbana e rural dos Estados, Capitais e cidades com mais de 100.000 habitantes e demais, globalizadas, destacando-se os deficits, nesses níveis. Estudo da composição de força de trabalho por idade, grau de alfabetização e setor de atividade, distribuição da mão-de-obra por setores de atividades econômicas. Índices financeiros das despesas com a educação nos Estados e Municípios, em relação as populações de 7/11 anos e 7/19 anos. Síntese dos Desequilíbrios nacionais. O sistema educacional básico - Diretrizes e objetivos e critérios para investimento no setor.

Os Fundos de Ensino nos três níveis, resultantes dos recursos federais previstos do artigo 169, da Constituição e que foram instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases, tem sua fonte em 12% da receita federal.

Até 1960, cerca de 67% das dotações relativas à educação eram aplicadas no ensino superior e, o restante, 33%, eram destinados a todo o ensino médio e primário. Atualmente, porém, quase 30% são aplicados, exclusivamente, no ensino primário, mediante financiamento dos programas estaduais.

Embora os encargos com a Educação pública venham se mantendo em níveis normalmente superiores aos limites previstos na Constituição de 1946, e, esteja o Brasil entre os países que dedicam uma parcela ponderável a educação, defrontamos, ainda com a deficiência desses recursos, quando expressos em números absolutos; daí, a indicação da ajuda externa para o desenvolvimento dos programas:

Produto Nacional Bruto

1962:	5.419,3	bilhões de cruzeiros
1963:	9.451,3	" " "

Estimativa de Educação

1962:	Cr\$ 573.536.277.916,00
1963	1.024.527.628.263,00
1964	2.110.256.660.000,00

Estimativa do Ministério da Educação

1962:	Cr\$ 48.551.683.210,00
1963	96.003.974.970,00
1964	205.614.027.000,00

Tendo em vista a necessidade de modernizar a máquina administrativa e ajustá-la às novas condições do país, está em estudo u'a reforma do sistema administrativo federal. O Ministério da Educação e Cultura, assim, sofrerá modificações de forma a poder cumprir, com exatidão, as funções que lhe forem fixadas na Lei de Diretrizes e Bases, de coordenar, prestar assistência técnica, planejar e controlar a Educação no país.

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A população pré-escolar do Brasil sofre das mesmas restrições impostas a esse grupo nos outros países de fraca economia.

Atinge a 12.175.294 crianças, assim distribuídas:

2-4 anos	-	7.612.414
5-6 anos	-	4.462.880

Segundo o Ministério da Educação, há no país apenas 3.320 jardins de infância, assim classificados:

1.785	-	ensino particular
1.535	-	publicos, sendo:
		21 federais
		1000 estaduais
		314 publicos

Considerando-se que, cada jardim tenha 2 salas de aula, com capacidade para 30 alunos cada, teríamos um total de 6.640 salas, comportando apenas 19.200 atendimentos, deixando, pois, um apreciável deficit que é, de 4.562.880 crianças.

A deficiência de atendimentos para os em idade de escolas maternas é ainda mais acentuada, não se conhecendo ao certo o numero de unidades assistenciais desse tipo existentes no país.

A exiguidade dos recursos atribuídos aos programas de atendimento aos escolarizáveis não permitiu ainda pudessem os órgãos publicos se deterem no atendimento ao pré-escolar, proporcionando-lhe atendimento integral e harmonioso, a formação de hábitos sádios, estimulando a sua capacidade de adaptação gradativa ao meio social, com assistência alimentar e medica.

O pré-escolar tem sido pois, um angustiante problema a solucionar, e tem constituido a pauta das atuais reuniões das Nações Unidas, através dos seus Órgãos especializados. Assim é que, o Delegado do Brasil, a Reunião de Junta Executiva do FISI, em Nova York, em junho proximo passado, como Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança apresentou uma sugestão para atendimento de emergência aos pré-escolares, através de centros de recreação, construídos em forma de galpão juntos às Igrejas e outras obras assistenciais e, onde as crianças, nessa idade receberiam, a par de alimentos e imunização, práticas educativas e jogos, etc. sem a utilização de recursos técnicos quasi inexistentes. Este programa está sendo estudado e procura-se a sua articulação com outros órgãos da administração, principalmente com a Campanha de Merenda Escolar e Divisão de Educação Física do Ministério da Educação, tendo em vista o seu plano de implantação de parques infantis, em todo o territorio nacional. Após os estudos necessários será solicitada a ajuda do Fundo das Nações Unidas para a Infância, através de equipamentos, materiais didáticos, audio-visuais e bem como a suplementação para professores e recreadores.

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PRIMARIA

Há no Brasil 14.200.000 crianças de 7/14 anos.

Em 1961, estavam matriculados nas escolas primarias oficiais (Dependência administrativa - federal, estadual e municipal) 6.925.322 crianças.

Em 1962, segundo o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, completaram o curso 685.330 alunos.

Nesse mesmo ano, dados da mesma fonte, atestam a existência de 216.558 professores.

Em 1960 o número de professores não titulados era de 102.826 o que representava 45,5% do total. Em 1961, porém, o número de não titulados representava um total de 106.626, 43,5%.

Estimativas para 1962 indicam que, do grupo etário escolarizável, isto é, 14.200.000, apenas estavam matriculados 7.500.000.

Em virtude da desigualdade do desenvolvimento sócio-econômico das diferentes regiões do país, dentro dos dados gerais, as percentagens de oportunidade de estudo oferecidas à infância, variam entre extensos limites, desde 70,5% na região Sul e 36,1% na região Norte-Oeste.

Agrava o deficit de matrículas uma série de outras deficiências quantitativas e qualitativas: o ensino é ministrado em aulas de curta duração - por falta de locais as escolas funcionam em três e até quatro turnos diários; as instalações e equipamentos são deficientes; o preparo do pessoal e professores é comumente precário, posto que 46% dos docentes não apresentam preparação adequada. Nestas condições, não é desconhecida a evasão escolar e o baixo rendimento do ensino. 14% dos alunos abandonam as aulas no decorrer do ano letivo sendo que, dos que permanecem, 36,7% são reprovados; de cada dez crianças que iniciam o curso primário, quatro chegam a 2ª série; três a 3ª série e, apenas duas atingem a 4ª série.

A escolaridade média da criança brasileira não alcançou no quinquênio 1955-1960 a dois anos.

Outros fatores que concorrem para a evasão escolar, principalmente na zona rural, além da convocação prematura do menor para o trabalho no campo são a desnutrição e a verminose; a má localização geográfica das escolas; dificultam o transporte das crianças e, também, o preço elevado do material didático.

A introdução das Cantinas escolares, a merenda escolar, que será analisada no tópico "Assistência Social e Econômica ao Estudante" constituiram medidas que contribuíram para maior retenção e rendimento escolares.

PROBLEMA AO NÍVEL DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

- 1) Falta de escolas para todos
- 2) Má distribuição geográfica dessas escolas, como já foi dito
- 3) Prédios sem condições adequadas
- 4) Falta de professores diplomados em número suficiente
- 5) Preparação dos professores deficiente por excessivamente teórica
- 6) Falta de preparação dos diretores das escolas
- 7) Serviço de supervisão em início ainda, em número insuficiente de elementos credenciados
- 8) Programas não diversificados para atender aos diversos ramos da aprendizagem na maioria dos Estados
- 9) Curso primário de, em média apenas 4 anos (embora com a duração prevista de 6 anos)
- 10) Baixa remuneração da professora na maioria dos Estados.

O Governo Federal vem promovendo a realização de cursos de formação de supervisores que, em 1963 atingiram a 736 especialistas cada um, atendendo a 10 professores não diplomados. A esses supervisores cabe divulgar e orientar a aplicação de novos recursos de ensino no sentido de sua maior objetivação aos interesses infantís e as diferenças individuais. Só em 1964 foi iniciada a supervisão escolar como atividade generalizada.

ANALISE DO ENSINO MÉDIO

a) 1º e 2º Ciclo Secundário

Os ginásios e colégios do Brasil, nestes 20 anos, abriram suas portas a mais do triplo de alunos que o frequentaram antes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação trouxe ao ensino médio mais objetividade e maior interesse, incluindo a obrigatoriedade do estudo dirigido e extensão do dia letivo a seis horas de atividades escolares, compreendendo estudos e praticas educativas.

O total de estabelecimentos de ensino médio em 1961 era de 4.135, passando em 1962 para 4.470, tendo havido, portanto um acrescimo de 335 estabelecimentos igual a 8,4% (Serviço de Estatística do Ministério da Educação).

Dispendeu-se com o ensino elementar e médio, em 1961, Cr\$ 10.697.927.

Esse nível compreende 2 ciclos: o básico de 4 anos, ginásial ou a Escola Industrial e o segundo que pode ser o colégio que prepara para todos os cursos universitários, como também para cursos profissionais de tipo médio, com mínimo de 3 anos de duração, como o normal, para a formação de professores primários, secretariado, química industrial e outros.

Estavam matriculados nos diferentes graus de nível médio:

	<u>1 9 6 2</u>	<u>1 9 6 3</u>	<u>1 9 6 4</u>
Ensino Secundário	ginásial	971.673	1.089.778
	colegial	141.429	156.307
		1.113.102	1.245.085
			1.368.134
Ensino Comercial	241.431	261.254	270.036
Técnico Industrial	36.712	55.353	68.819
Técnico Agrícola	7.010	8.307	10.295
Artístico		40	43
Normal	117.571	148.585	175.397

Para ingresso no 1º ano, do 1º ciclo, é necessário que o aluno demonstre satisfatória educação primária, ou a 2ª série, caso o candidato tenha completado a 6ª série primária. É exigido que tenha 11 anos completos ou a completar, ainda na 1ª série. O Curso tem a duração de 4 anos letivos, com 180 dias de trabalho escolar efetivo, excluindo os períodos de provas e exames.

Para ingresso no 2º ciclo ou Bacharelato é exigida a conclusão do 1º ciclo ginásial ou equivalente, com a duração de 3 anos letivos, com a mesma exigência de dias efetivos de atividades escolares.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases o sistema de promoção fica a critério do estabelecimento de ensino.

Dos 5,5 de alunos que concluem o 2º ciclo, apenas 2,3 se matriculam no curso superior.

De 40 alunos que se graduam na 4ª série primária, apenas 22 se matriculam no curso ginásial. O ingresso nesses cursos é um anseio da população dos centros urbanos; entretanto, trata-se de promoção social e esperança de melhor trabalho; ao completar esse nível, porém, o jovem tem apenas o preparo básico, sem habilitação profissional o que lhe limita as possibilidades de emprego com salários que não vão além do mínimo, variável de acordo com a regiões do país. As condições econômicas da maioria das famílias brasileiras propiciam o abandono dos estudos sob o imperativo da necessidade de mais um salário, concorrendo para o orçamento doméstico, daí o verificarmos que de 22 matriculados na 1ª série a apenas 11 completam a 4ª série (50%)

b) Ensino Industrial

São requisitos para admissão os mesmos do 1º ciclo ginasial. Os estudos são feitos em 4 anos, 3 anos letivos, no mínimo, podendo haver o pre-técnico de 1 ano intermediário e o 2º ciclo. A avaliação do sistema de promoções são os mesmos do curso secundário, constando o currículo, de aulas práticas e teóricas. As matérias específicas desse nível são escolhidas pelo próprio estabelecimento e aprovadas pela Diretoria de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.

No campo dessa educação técnica e profissional o programa intensivo de preparação de mão-de-obra industrial, estabelecido por aquele Ministério, vem firmando acordos com os governos estaduais e com as empresas industriais para a realização de cursos de treinamento profissional. No mesmo sentido, destaca-se a ação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que dispendeu no ano de 1963 Cr\$ 1.238.737.386 na manutenção de suas atividades. Em seus 22 anos de atividades tem proporcionado a indústria nacional mão-de-obra qualificada nos diferentes níveis, através de formação e treinamento e aperfeiçoamento e está atualmente empenhado em reformular sua política de aprendizagem, com o objetivo de atender ao ritmo da expansão técnico-industrial do país, com grande demanda de pessoal qualificado.

Em número de 114, para as Escolas do SENAI são conduzidos menores empregados numa proporção de 5 a 15% sobre o total de seus empregados qualificados. Os cursos são ministrados dentro do sistema de bloco e tem a duração de 5 meses na Escola e 7 meses no emprego, mediante recebimento de 1/2 salário mínimo durante o ano.

Por outro lado, está sendo realizado um programa de treinamento na indústria pelo qual os técnicos do SENAI preparam operários das fábricas para instrutores de menores. Esses cursos tem bom padrão e os alunos de lá saem fazendo jus a bons salários.

RECURSOS FINANCEIROS

O Fundo Nacional do Ensino Primário somado a 20% da receita dos impostos dos municípios, concorrem para esse nível da educação com 292.140.000, importância insuficiente para a solução dos graves problemas da educação.

Até há bem pouco tempo, interpretava-se o art. 168 da Constituição Federal de 1946, como responsabilizando ao Estado, com exclusividade, na solução do ensino no primário obrigatório. Entretanto, o parágrafo II do mesmo art. determinava que, as empresas industriais, comerciais e agrícolas em que trabalhassem mais de 100 pessoas, estariam obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes, transferindo a Constituição, dessa forma, o ônus dessa responsabilidade, às próprias empresas. Essa norma, porém, não vinha sendo cumprida, pesando os encargos sobre os ombros dos poderes públicos. Foram então estudadas diversas formas para financiamento do ensino. Sobreveio, então, a Lei nº 4440, de 27/10/64, já citada, e cujo cumprimento é considerado como auto-financiamento do ensino. As empresas não mais executarão o ensino, mas, proporcionarão recursos ao Estado para fazê-lo, através do recolhimento de 2% do salário mínimo correspondente a cada empregado, e ao custo desse ensino. O recolhimento será feito pelos Institutos de Previdência a que o empregado estiver vinculado. Calculado a base do número de filiados ativos a Previdência Social, a arrecadação dessa importância que constitui o SALÁRIO EDUCAÇÃO, deverá ultrapassar a 50 bilhões de cruzeiros anuais. Descontadas as despesas de arrecadação, os Institutos recolherão as contribuições em cada Unidade da Federação ao Banco do Brasil, creditando-as:

50% ao Fundo Estadual de Ensino Primário ou, em falta deste ao Governo do Estado para aplicação no próprio Estado, de acordo com os Planos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Educação.

50% ao Fundo Nacional de Ensino Primário para redistribuição em todo o território nacional, segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação o qual deverá levar em conta os índices de analfabetismo.

PROGRAMA DE AÇÃO

Acréscimo de 300.000 matrículas até 1970, não só para atender aos deficits de determinadas áreas do país, como também para permitir que os centros mais avançados possam ampliar o período de escolaridade do ensino primário para 6 anos e melhorar, qualitativamente as condições atuais de funcionamento. Quanto a área rural, com população concentrada, há necessidade de ampliar-se o sistema para mais 3.300 mil matrículas até aquele ano a fim de atingir-se a 100% da escolarização na faixa de 7/11 anos e 3 milhões de 12 a 14 anos. O número de salas de aulas necessárias foi calculado admitindo-se que 15 salas deveriam atender em média a 1000 matrículas em 2 turnos de funcionamento o que representa 33 alunos em cada classe. Para o cálculo do número de prédios, admitindo-se na área urbana a média de 5 salas por prédio e na área rural 2 salas por prédio. O número de professores foi idêntico ao número de salas.

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Este programa está a cargo do Departamento Nacional de Educação em articulação com as Secretarias de Educação e as Prefeituras locais. Realizam-se cursos sistematicos de alfabetização adaptados as condições socio-econômicas das regiões, com a utilização crescente de recursos audio-visuais. Além desses, são mantidos cursos suplementares de educação primária, similar a organização do Ensino Primário, mas de curta duração, com transmissão de conhecimentos gerais.

Duas mostras significativas do aproveitamento dessas atividades:

Em São Paulo estavam matriculados em 1963 nos 3434 cursos supletivos do Estado, 125.098 alunos, dos quais 51.947 foram promovidos. O rendimento escolar geral foi 72,6%.

No Estado da Guanabara naquele ano matricularam-se 21.433 alunos e em maio de 1964 o total de alunos era de 21.937 alunos.

Campanhas e Cursos para a erradicação do analfabetismo:

Movimento de Educação de Base (MEB), da Conferência dos Bispos do Brasil, oficializado pelo Dec. 52.267, de 17/7/1936, a Fundação João Batista do Amaral (TV Escola). Até maio o MEB coordenava os programas educativos de 25 radio-emissoras, devendo ampliar, até o fim do ano, para mais 20 o seu campo de ação.

O MEB, por força de sua estrutura, recebe a colaboração obrigatório de quasi todas as órgãos da administração federal e entidades religiosas, além das escolas radiofônicas e de T.V.

Participaram dos cursos em 1963 - 7000 Monitores voluntários, 236 supervisores e técnicos locais, 12 técnicos em âmbito nacional ou regional, 48 pessoal de administração. O corpo docente é recrutado entre estudantes, jornalistas, sacerdotes, militares. Alguns estados convocam professores primários, outros promovem cursos de emergência para formação de professores. Até 1963, haviam passado pelo MEB 480.000 alunos.

c) Ensino Normal

Esse nível de ensino tem em cada Estado um critério diferente para admissão. Quasi sempre é feita por provas de conhecimento do nível de 1º ciclo do ensino médio (4 anos acima do curso primário).

Destina-se à formação de professores primárias, mas, até o presente momento não se pode exigir para ingresso o teste vocacional ou a demonstração de aptidão para o magisterio. Esse preparo ainda deficiente na maioria dos Estados do Brasil tem concorrido para o baixo rendimento do ensino primário, e, mesmo a evasão escolar pela falta de motivação nas aulas, não despertando o interesse do aluno na frequência a escola.

Há dois tipos de preparação: 5 anos após o primário (Escola Normal Regional) e 7 anos após o primário (4 anos de ginásio comum, 1 ano de cultura geral e 2 de cultura profissional). A avaliação do trabalho escolar é feita geralmente por meio de provas escritas e às vezes orais. As aulas práticas são consideradas para aprovação. No Estado do Rio Grande do Sul foi incluído no currículo, 1 ano de prática supervisionada em classes comuns, a cargo de diplomada, para a obtenção de diploma de professor.

Os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Guanabara ocupam a liderança do Ensino e estão processando uma reforma no mesmo, visando a melhorar ainda mais o seu padrão.

Valiosa ajuda tem sido dada ao Ministério da Educação pela UNESCO - FISI, visando a elevação do nível do ensino primário, através do curso normal, constando essa ajuda de bolsas para o preparo e adiestramento do pessoal; material didático e audio-visual, etc. suplementação de salário para professores.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do MEC, realiza esse programa, através de seus Centros de Pesquisas Educacionais e Treinamento do Magistério objetivando a formação e especialização de professores primários, notadamente, nos campos de supervisão do ensino elementar, de planejadores e pesquisadores em educação, proporcionando aos órgãos da administração regional os recursos humanos essenciais a reorganização dos serviços de orientação do ensino. Por outro lado, o Centro de Pesquisas Educacionais, em número de seis, vem desenvolvendo um amplo programa de pesquisas, inclusive com a participação de especialistas estrangeiros.

d) Ensino Agrícola

Estavam matriculados nesse nível:

1962	7.010
1963	8.307
1964	10.295

Esse ramo de ensino está vinculado ao Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura que organiza os currículos escolares.

Há no país 76 escolas, situadas em 18 Estados da Federação. Em 1962, diplomaram-se 2001 alunos e a rede dessas escolas contava com 1077 professores.

A deficiência de recursos materiais e humanos não tem permitido porém, ênfase no incremento desse nível de ensino, de tanta utilidade para a elevação da atividade agro-pastoril. Essas Escolas, por força de sua especialidade funcionam em regime de tempo integral, necessitam de amplas instalações que exigem equipamento e material, ferramentas, máquinas, gado, sementes, adubos e pessoal auxiliar para o cumprimento de seus objetivos.

Está sendo processada a adaptação do ensino agrícola médio, às exigências da Lei de Diretrizes e Bases com currículos mais diversificados principalmente no segundo ciclo, responsável pela formação profissional das seguintes categorias: Técnicos de Indústrias Agropecuárias e Alimentares em: Laticínios, Viticultura e Enologia; Industrialização de Grãos, Raízes e Tubérculos; Industrialização de Carnes e Derivados; Industrialização do Pescado; Técnicos em Economia Doméstica Rural (curso feminino).

e) Ensino Comercial

São adotados os mesmos critérios do Ensino Secundário Básico para ingresso, com a mesma duração do ensino industrial. Foi previsto por Portaria Ministerial o quadro de alternativas na seriação mínima dos Cursos do 2º Ciclo do Ensino Técnico Comercial para atender as peculiaridades de cada região e dos grupos sociais.

O Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC) mantido mediante a contribuição compulsória e administrada pela classe patronal promove o ensino técnico comercial para menores entre 14 a 18 anos, já empregados. Dispensou esse Serviço no ano de 1963 Cr\$ 2.339.089.000.

Houve modificação na estrutura e organização do sistema de educação média: o currículo de matérias obrigatórias é comum a todos os ramos para a 1ª e 2ª séries do 1º Ciclo. A 3ª série do Colégio Secundário foi estruturada com o objetivo de preparar o aluno para o curso superior. A passagem de um curso para outro se faz sem repetição de ano, mediante processo de adaptação previsto em cada curso.

Por outro lado, tem sido ampliada a rede escolar pública (sobretudo estadual e privada). A concessão de bolsas, principalmente pelos poderes públicos tem possibilitado também a ampliação das possibilidades educativas nesse nível.

RECURSOS FINANCEIROS

Com a criação do Fundo Nacional de Ensino Médio 3/10 dos recursos federais para a educação são distribuídos nesse nível de ensino pelas Unidades da Federação, obedecendo ao seguinte critério:

20% proporcionalmente à população dos municípios que não possuem estabelecimentos de ensino desse nível;

35% na razão direta das conclusões do ensino primário e na razão inversa da renda "per capita";

20% na razão direta da população de 11 a 18 anos e na razão inversa do número de oportunidades do ensino gratuito já existentes e na razão direta da conclusão do ensino primário;

20% proporcionalmente ao número de professores leigos na regência de classe em escolas primárias e 5% na assistência técnica.

ANALISE DO ENSINO SUPERIOR

É incontestável o esforço que se vem fazendo no sentido da formulação da concepção brasileira de universidade e sua democratização. Os números o atestam - de 1940 a 54 os matriculados no curso secundário passaram de 170 mil a 575 mil enquanto que, os dos cursos universitários triplicam.

O Brasil possui hoje 33 Universidades comportando 400 Faculdades. A taxa de diplomados em cursos superiores é de 4,5 por 10 mil habitantes, enquanto que na Argentina é de 46 e, nos Estados Unidos 145.

Em 1962 encontravam-se matriculados nos estabelecimentos de ensino superior do país 100.338 alunos dos quais 53.094 em escolas oficiais e 47.244 em particulares.

Estavam matriculados na Faculdade de Direito 23.835 alunos e nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras 24.170, enquanto que apenas se encontravam matriculados nas Faculdades de Engenharia 11.392 e nas Faculdades de Medicina 10.503.

Para uma transformação na estrutura econômica do país são mais necessários técnicos do que bachareis.

As Faculdades de Agronomia, Veterinária, a Universidade Rural do Brasil, não preenchem as suas vagas o que é lamentável, num país predominantemente agrícola.

A promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação e à instalação do Conselho Federal de Educação seguiu-se porém a adaptação dos estatutos universitários, o que vem sendo realizado aos poucos. A organização didática do ensino vem sofrendo modificações, verificando-se a tendência de substituição do atual sistema de unidades isoladas pela integração de matérias afins em departamentos e institutos que coordenem as diversas atividades até agora desligadas ou duplicadas.

Não há nas Universidades Brasileiras serviços de orientação profissional. Espera-se, entretanto que os Colégios Universitários, previstos na Lei de Diretrizes e Bases, bem como os ciclos básicos dos cursos de graduação venham, por força dos seus objetivos a desenvolver atividades de tal natureza.

A seleção de estudantes para ingresso nas Faculdades vem preocupando os órgãos especializados, originando o problema varios estudos e modificações, em algumas escolas, de sistemas anteriormente adotados.

O Conselho Nacional de Pesquisas e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), no sentido de melhorar as condições de ensino e pesquisas nas Universidades e Institutos superiores, desenvolvem programas de auxílio para atualização de equipamentos e bibliotecas, utilizando fundos próprios e provenientes principalmente das Fundações Ford e Rockefeller.

O Conselho Nacional de Pesquisas tem, ainda a seu cargo a coordenação e autorização para a importação de material técnico-científico, sem similar na industria nacional para utilização pelas Universidades e instituições de pesquisas brasileiras.

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBRCC), Seção de São Paulo vem produzindo equipamentos de laboratorios para venda a baixo preço, as escolas superiores.

O estatuto do Magistério introduz modificações na forma de provimento aos cargos de magisterio, prevendo a realização de estágios, concursos de títulos e provas para o acesso aos diversos escalões da carreira.

As instituições de ensino superior têm realizado cursos, seminários, pesquisas ligados a problemas nacionais de desenvolvimento, tais como: estudos de mão-de-obra, recursos naturais nas diversas regiões, melhoria das condições de produção nas diversas áreas, etc.

Como exemplo dessas atividades, ressaltam-se, entre outros, os seguintes projetos desenvolvidos pela Universidade do Ceará:

Manutenção do Centro de Produtividade do Nordeste que resultou de convênio entre a Universidade Católica e o Banco do Nordeste do Brasil.

Intercâmbio entre a Universidade Católica e a Universidade da Califórnia, com o duplo objetivo básico: treinamento de pessoal e implantação de média e pequena industria no interior do Ceará - Convênio entre o Ministério da Educação - Universidade Católica - SUDENE e USAID.

Instalação do Centro de Treinamento Regional de Desenvolvimento Econômico, órgão criado em convênio com a OEA, Banco do Nordeste do Brasil e UC.

RECURSOS FINANCEIROS

<u>A n o s</u>	<u>Instituições Oficiais</u>	<u>Instit. Privadas</u>
1962	Cr\$ 19.792.492.630	1.601.800.000
1963	39.403.957.000	2.545.950.000
1964	91.339.653.000	4.128.700.000

(Dados - Orçamento do Ministério da Educação - Diretoria do Ensino Superior e Serviço de Estatística da Educação e Cultura)

PROBLEMAS PRINCIPAIS NO NÍVEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Expansão desordenada da rede de escolas superiores, com prejuízo da qualidade do ensino e ausência de critérios para melhor atendimento aos problemas sócio-econômicos das diversas regiões.

- Rigidez da estrutura universitária, a exigir maior diversificação de cursos científicos e tecnológicos, a fim de formar os quadros de alto nível, necessários ao desenvolvimento do país.

- Necessidade de revisão dos critérios de seleção dos candidatos à matrícula nas escolas superiores, em termos de avaliação mais adequada, formação anterior e melhor aproveitamento das aptidões.

- Ampliação do número de vagas nos quadros dos organismos existentes, em base de levantamento do mercado de trabalho, em termos qualitativos e quantitativos.

- Equitativa distribuição das possibilidades nacionais em termos de equipamentos, para dar maior rendimento dos recursos disponíveis.

- Melhores condições de trabalho para professores e alunos com o estabelecimento do tempo integral.

- Atendimento às exigências do aperfeiçoamento do pessoal graduado, dentro da realidade brasileira, tendo em vista as possibilidades existentes no país e no estrangeiro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONÔMICA AO ESTUDANTE

1. A Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) é o Órgão específico do Ministério da Educação que cuida da assistência ao estudante em todos os níveis do ensino primário, secundário e superior. Concede bolsas de estudos, principalmente de nível médio, auxilia financeiramente casas de estudantes; ajuda na instalação e manutenção de restaurantes estudantis; auxilia na instalação de postos de saúde e facilidades médico-hospitalares para estudantes.

A CASES dispõe de recursos consignados no orçamento do MEC. Em 1964 Cr\$ 200.000.000 para manutenção e desenvolvimento de atividades e ainda Cr\$ - 1.501.700.000 para despesas com a manutenção de restaurantes estudantis, de qualquer natureza e assistência social a estudantes nas diversas unidades da Federação.

Em 1963, foram gastos Cr\$ 48.121.893 com bolsas de estudos para órfãos, filhos de expedicionários e estudantes em geral.

2. A Campanha Nacional de Merenda Escolar, instituída pelo Ministério da Educação em 1955 mantém programas de assistência e educação alimentar em todas as unidades da Federação e fornece: leite em pó, farinhas alimentícias, cereais e vitaminas; materiais e utensílios de cozinha, transporte de gêneros e materiais as capitais sedes de Representação, além do material necessário ao controle da distribuição e fiscalização do programa.

O balanço da despesa realizada pela CNME apresenta o seguinte resultado:

1962	Cr\$ 149.926.192
1963	379.952.000

A Campanha reserva 80% de suas verbas para a importação de leite em pó que é o alimento básico usado. Ao lado do "Programa Alimentos para a Paz", que fornece alguns excedentes de produção dos Estados Unidos, colaboram com o Governo Federal nos programas de alimentação escolar, mediante ajustado, os governos estaduais e as instituições particulares que mantem escolas primárias

gratuitas, A CNME atende a cerca de 3.500.000 escolares. Dêsses 100.000 receberam, além da merenda, um almoço à base de cereais e alimentos regionais.

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL PARA OS SERVIÇOS EDUCATIVOS

O baixo nível cultural do magistério tem trazido sérias preocupações aos poderes competentes. Vários Estados reformularam seus planos de formação de mestre primário. Uma experiência de preparo de magistério elementar está sendo realizado na Bahia - Centro Regional de Pesquisas Educacionais onde professoras não diplomados submetem-se a um ano de estudos.

Quanto à formação de pessoal docente para o ensino médio, feita através das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a fixação de currículos mínimos pelo Conselho Federal de Educação determinou modificações estruturais.

Os Institutos de Educação continuam a manter cursos de formação de administradores para o ensino primário e alguns mantêm outrossim, o curso de Formação de Diretores de Escolas Secundárias. A formação de supervisores para o ensino elementar já foi citada.

O Instituto Nacional de estudos Pedagógicos, por intermédio do Centro de Pesquisas Educacionais de São Paulo tem preparado Pesquisadores Educacionais, em 1963, 38 e em 1964, 37 bolsistas.

Não existe no Brasil nenhuma formação especializada em documentação pedagógica.

Os cursos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, têm também o objetivo de preparar técnicos de Educação para os diversos serviços do Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos da administração.

Por outro lado, vários Estados desenvolveram planos de aperfeiçoamento e especialização do professor primário, nos campos de educação pré-primária, educação física e artística, utilização de recursos audio-visuais, metodologia das matérias de ensino primário.

A Sociedade Pestalozzi do Brasil tem promovido anualmente cursos de aperfeiçoamentos e estágios, para especialistas em educação de excepcionais, quadro ainda bem deficiente no país.

Os principais problemas encontrados na formação do pessoal são:

1. Falta de pessoal técnico suficiente para realizar os cursos necessários
2. Falta de boas escolas de demonstração
3. Preparação deficiente do Magistério, exigindo um trabalho de aperfeiçoamento muito intenso
4. Dificuldade dos professores se ausentarem do local de trabalho, por falta de mestres e por dificuldades familiares.

Não há cursos nem programas específicos para a formação de professores de ensino superior. O que se verifica é a realização de cursos de pós-graduação destinados a especialização e ao aperfeiçoamento de professores em exercício.

Para fomentar o ensino das Ciências estão sendo levados a cabo os seguintes programas:

- a. Nível primário - Ensino Elementar de ciências, principalmente nas escolas experimentais.
- b. Nível médio - a inclusão obrigatória de Iniciação à Ciência, como visão de conjunto, nas duas primeiras séries de todos os cursos objetiva proporcionar aos alunos as bases para ulteriores desenvolvimentos e diversificações, sobretudo nas ciências físicas e biológicas.

- c. Nível superior - Foram organizadas na Diretoria do Ensino Superior do MEC, Comissões de Planejamento de Formação de Químicos, Engenheiros, Arquitetos, Médicos e Dentistas com o objetivo de apresentar sugestões concretas de imediata aplicação, visando a expansão e aprimoramento do ensino, de acordo com as demandas nacional e regionais, inclusive mediante articulação com as entidades destinadas ao desenvolvimento do ensino pós-graduado e da pesquisa.

Foi também instituída, naquela Diretoria, uma Comissão de Assessoramento, Documentação e Informação das Faculdades de Filosofia, com as seguintes atribuições, entre outras: levantamento, em cada unidade, das reais condições que nela se verificam para o desenvolvimento de outras funções, além de formar professores de ensino médio; inventário dos cursos que ministram, verificação das demandas regionais de professores de ensino médio e efetivo estímulo a instalação dos novos cursos reclamados por essas demandas.

O mais significativo programa para fomentar o ensino experimental das ciências é desenvolvido, no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultural (IBEEC) - Seção de São Paulo, cujas principais atividades podem ser assim sintetizadas:

a. Confeção de laboratórios portáteis e instruções para sua utilização progressiva pelos estudantes de ensino secundário;

b. Estudo e construção de material para os laboratórios das escolas médias e superiores;

c. Cursos intensivos de aperfeiçoamento de Professores de Ciências dos Cursos Secundários, aos quais já compareceram nesses últimos 5 anos, 3.670 professores vindos de todo o país;

d. Programas com as Diretorias de Ensino Secundário, Comercial e Industrial do MEC para a formação de Centros de Ciências, onde professores que tenham tido cursos no IBEEC os retransmitam aos professores de suas respectivas regiões;

e. Estreito intercâmbio com grupos norte-americanos preocupados com a melhoria do ensino de ciências, que trouxe para o Brasil a possibilidade de aproveitar e adaptar os programas lá elaborados. Nesse sentido foram realizados no Brasil, com livros traduzidos e adaptados e material construído no IBEEC, dois cursos internacionais e três nacionais;

f. Realização anual de "Concurso Cientistas de Amanhã", financiado pela companhia "Organizações Novo Mundo-Vemag", com o objetivo de despertar nos jovens estudantes o interesse pela ciência, conferindo prêmios em dinheiro e em bolsas aos concorrentes que apresentem melhores trabalhos;

g. Promoção, em todo o território nacional, de Feiras de Ciências, que demonstrem as realizações de alunos e professores empenhados no desenvolvimento do ensino científico;

h. Criação de um Centro de Ciências no Nordeste, que desenvolva uma indústria de material científico e escolar (Convênio entre o IBEEC, a Universidade do Recife, a SUDENE e a Ford Foundation);

i. Planejamento com a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso de um Centro de Ciências, nos mesmos moldes daquele, para o ensino nas escolas normais;

j. Desenvolvimento em São Paulo, sob os auspícios da UNESCO, de um plano de trabalho denominado "Projeto Piloto sobre Novos Métodos e Técnicas de Ensino da Física". O projeto contou, ainda, com a colaboração do Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e do Serviço de Recursos Audio-Visuais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo.

O Centro de Orientação de Práticas de Ciências, em Belo Horizonte, Minas Gerais, tem, entre suas finalidades, a de, com fins lucrativos, coletar, manter e ceder grande parte do material indispensável à prática de ciências e

orientar os estudantes sobre as fontes de aquisição de instrumental, aparelhos, etc.

A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS E O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

A apreciação global dos anseios e aspirações da infância e da juventude, mesmo sob o prisma limitado das medidas adotadas para a solução dos seus problemas e atendimento das suas necessidades, é tarefa muito difícil maxime, nos países de grande extensão territorial, como o Brasil, de regime político-administrativo compreendendo as diversas esferas: federal, estadual e municipal.

A avaliação dessas medidas é tanto mais difícil pela soma dos esforços da iniciativa particular, sempre pronta no Brasil, como nos países democráticos, a trazer a sua parcela de cooperação, como já vimos com referência aos temas de educação.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA

No Plano Federal:

Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde que para a realização de suas atividades conta em 1965, com 3.77% da Receita da União, divide-se em 8 principais órgãos, direta ou indiretamente ligados as questões relativas a infância e juventude, a saber:

1. Departamento Nacional de Saúde (DNS)
2. Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu)
3. Controle de Erradicação da Malaria (CEM)
4. Departamento Nacional da Criança (DNCr)
5. Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)
6. Instituto Oswaldo Cruz (IOC)
7. Comissão Nacional de Alimentação (CNA)
8. Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP)

É evidente que ao Ministério da Saúde, incumbido da proteção, promoção e recuperação da saúde, cabe a maior parcela de responsabilidade na defesa do indivíduo, em todas as idades, especialmente na infância e na juventude.

Para não nos alongarmos, daremos, em seguida, uma síntese das atividades dos diversos órgãos, tomando por base o Programa de Trabalho para 1965, apresentado pelo atual Ministro da Saúde: Dr. Raymundo de Britto.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE (DNS)

Serviço Nacional de Tuberculose (SNT)

Investimento: Cr\$ 7.919.342.000

A tuberculose continua sendo um dos mais importantes problemas de saúde do país. Assinale-se, como exemplo, que no Estado da Guanabara, ela ainda figura como uma das primeiras causas de morte, no grupo de 20 a 49 anos de idade.

Desde junho de 1946, desenvolve-se em todo o país uma Campanha Nacional Contra a Tuberculose, sob a orientação, coordenação e fiscalização do Serviço Nacional de Tuberculose, por meio de medidas de profilaxia e assistência, ensino e pesquisa, educação e ação social. O programa de combate a tuberculose em 1965 compreenderá:

- I. Auxílio técnico e financeiro à extensa rede formada de 195 dispensários, dos quais 77 localizados nas capitais e 118 no interior dos Estados.
- II. Manutenção, total ou parcial, de 25.948 leitos para tuberculoses, dos quais 15.658 em sanatórios e hospitais localizados nas capitais, e 10.290 no interior.
- III. Preparo e aperfeiçoamento de médicos, técnicos e auxiliares.
- IV. Continuação dos trabalhos de coordenação de uma rede de laboratórios regionais destinados a orientação bacteriológica do tratamento e conhecimento de aspectos epidemiológicos relacionados com a resistência bacteriana.
- V. Distribuição de mais de 1 milhão de doses de tuberculina purificada (PPD-Rt 23).
- VI. Distribuição de cerca de 2 milhões de tubos de vacina BCG a serem fornecidos pela Fundação Ataufo de Paiva, mediante um auxílio de 100 milhões de cruzeiros.

Há ainda a assinalar a instalação de um Centro de Controle da Tuberculose cobrindo uma área de mais de 200 mil habitantes no Estado do Rio Grande do Norte, com a cooperação da UNICEF, cujo início das atividades está previsto ainda para o corrente ano.

Divisão de Organização Sanitária (DOS)

Investimento: Cr\$ 164.501.665

A este órgão do Ministério da Saúde cabe importante papel na luta contra certas doenças transmissíveis, merecendo destaque, no seu programa de trabalho, para o corrente ano, os seguintes pontos:

- I. Combate às doenças venéreas, compreendendo assistência técnica e financeira aos órgãos de saúde das Unidades da Federação; treinamento de pessoal; e realização de inquéritos epidemiológicos.
- II. Controle da febre tifóide, incluindo a distribuição da vacinação específica, produzida pelo Instituto Oswaldo Cruz, e o fornecimento de medicamentos adequados aos órgãos locais de saúde.
- III. Controle da difteria, coqueluche e tétano, em ação coordenada com o Departamento Nacional da Criança, compreendendo orientação técnica e distribuição da vacina triplice e de material de laboratório aos locais de saúde. Mediante campanha educativa adequada, espera-se vacinar cerca de 2 milhões de crianças contra as doenças em apreço.
- IV. Campanha Nacional contra a Varíola, prevendo-se a vacinação de cerca de 12 milhões de brasileiros contra esta doença. Cumpre destacar também a reformulação do convênio com a Repartição Sanitária Panamericana que, se aprovada pelo órgão em apreço, proporcionará melhores meios de transporte, fornecimento de injetores a jato para vacinação em massa, equipamento de laboratório para aumentar o rendimento dos centros de produção da vacina, e treinamento de pessoal para o diagnóstico virológico da varíola e doenças afins.
- V. Campanha contra a poliomielite, com a distribuição de cerca de 10 milhões de doses de vacina Sabin de vírus vivos atenuados, entre as Secretarias de Saúde das Unidades da Federação.

Além das atividades dirigidas especificamente contra certas doenças transmissíveis, merecem ainda destaque os seguintes pontos do programa da Divisão:

- VI. Auxílios às Escolas de Enfermagem e Cursos para Auxiliares de Enfermagem, conforme acôrdo entre o Ministério da Saúde, a Repartição Sanitária Panamericana e o Fundo das Nações Unidas para a Infância, prevendo-se, para o corrente ano, a concessão de 155 bolsas de estudos para auxiliares de enfermagem, e de 6 bolsas para enfermeiras professoras em nível de pós-graduação, e o fornecimento de material de ensino as escolas de enferma - gem.

Divisão de Organização Hospitalar

Investimento: Cr\$ 851.784.000

Salientam-se as seguintes principais atividades:

- I. Revisão do censo hospitalar e para-hospitalar do país.
- II. Incentivo às atividades relacionadas com deficiências físicas, doenças degenerativas, doenças cárdio-vasculares, poliomielite e penfigo foliaceo.
- III. Atendimento de pedidos de aparelhos ortopédicos e de prótese em geral.

Serviço Federal de Bioestatística

Investimento: Cr\$ 275.884.000

- I. Processamento e apresentação dos dados bioestatísticos fornecidos rotineiramente pelos municípios das capitais.
- II. Processamento e apresentação dos dados bioestatísticos referentes as áreas Provisórias de Registro, em diversos Estados, prevendo-se, inclusive, a criação de um escritório regional em Brasília, para atender a região centro-sul.
- III. Processamento e apresentação de dados referentes a sistemas de abastecimento d'agua e de esgotos, existentes no país.
- IV. Assistência aos Serviços Estaduais de Bioestatística, a fim de que possam participar do processamento, pelo menos, parte dos dados bioestatísticos que lhes dizem respeito.

Serviço Nacional de Educação Sanitária

Investimento: Cr\$ 206.190.000

Do programa d'este órgão, constam os seguintes pontos principais:

- I. Colaboração com os Governos Estaduais e Municipais na elaboração de programas de educação sanitária.
- II. Instalação de um setor audio-visual.
- III. Organização do Museu Didático.
- IV. Colaboração com a Escola Nacional de Saúde Pública na formação de pessoal especializado.
- V. Intensificação da propaganda sanitária, com a colaboração da imprensa falada e escrita e, sobretudo, das estações de rádio do Governo Federal.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS (DNERu)

Investimento: Cr\$ 27.839.960.000

O Departamento Nacional de Endemias Rurais é responsável pelas seguintes Campanhas Sanitárias:

Campanhas Contra a Febre Amarela, Doença de Chagas, Filariose, Esquistossomose, Escorpinonismo, Peste, Ancilostomose, Boubá, Hidatidose, Leishmaniose, Tracoma, Brucelose e Bócio Endêmico.

Incumbe-se ainda do Saneamento do Ambiente e da Produção de Drogas e Produtos Profiláticos.

Dessas campanhas, trataremos de modo sucinto das seguintes:

Campanhas Contra a Doença de Chagas: A área endêmica da Doença de Chagas vem se ampliando, a medida que são realizados inquéritos epidemiológicos.

A doença está estreitamente ligada à péssima qualidade das moradias situadas nas áreas rurais, verdadeiras cafuas, com paredes de pau-a-pique, cheias de frestas, onde os vetores se alojam. Estes insetos, do gênero triatoma, vulgarmente chamados barbeiros, estão grandemente dispersos pela área endêmica.

O Programa de trabalho para 1965 prevê as seguintes atividades:

- I. Expurgo de cerca de 1.224.000 prédios localizados em 563 municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe, com o consumo calculado de 700.000 quilos de BHC.
- II. Inspeção de mais de 120.000 prédios, com o consumo de 20.000 quilos de pó insetifugo.
- III. Inquéritos epidemiológicos.

Campanha Contra a Esquistossomose: Estima-se que existem no país 4.000.000 de pessoas parasitadas pelo S. mansoni. A elevada incidência desta doença em áreas reconhecidamente pouco desenvolvidas no país, torna mais grave o problema, pelos prejuízos acarretados à economia daquelas regiões.

A profilaxia da esquistossomose pela aplicação de substâncias moluscidas é falha, devido a grande extensão da área endêmica, e a enorme dispersão e extraordinária proliferação dos moluscos suscetíveis ao parasitismo.

O método mais prático e capaz de proporcionar muito bons resultados, a longo prazo, é o saneamento do ambiente, com a construção de sistemas adequados de abastecimento d'água e de fossas nas comunidades rurais.

O programa de trabalho para 1965 prevê as seguintes atividades:

- I. Aplicação de substâncias tóxicas para os caramujos em cerca de 5.500 coleções líquidas de 378 municípios.
- II. Realização de cerca de 1.400.000 exames de fezes.
- III. Tratamento de cerca de 13.000 doentes

Campanha Contra a Ancilostomose: Estima-se que existem no Brasil 20.000.000 de pessoas parasitadas por ancilostomídeos. Pode afirmar-se que a ancilostomose é endêmica em quase todo o território nacional, sendo menor a incidência nos grandes centros urbanos

o nas zonas secas do nordeste. A prevalência é elevada na área rural, principalmente nas pequenas comunidades.

A doença está intimamente ligada ao ambiente anti-higiénico, de modo que a profilaxia consiste fundamentalmente em fornecer água pura e abundante as populações e assegurar destino adequado aos dejetos humanos.

O programa de trabalho para 1965 prevê, além do saneamento do ambiente, as seguintes atividades:

- I. Realização de 1.704.000 exames de fezes.
- II. Realização de cerca de 6.000.000 de tratamentos, consumindo-se 35 milhões de comprimidos de adipato de piperazina, 20 milhões de perolas de tetracloroetileno e 80 milhões de comprimidos de gliconato ferroso.

Campanha Contra a Leishmaniose: É doença que acomete de preferência, e gravemente, crianças e adultos jovens.

A profilaxia da leishmaniose ou calazar visa a eliminação do inseto vetor, com a aplicação de inseticidas de ação residual no interior dos domicílios da área endêmica, a descoberta e eliminação dos cães doentes, e o tratamento dos casos humanos.

O programa de trabalho para 1965 prevê as seguintes atividades:

- I. Exame de aproximadamente 200.000 pessoas.
- II. Tratamento de cerca de 1.000 doentes.
- III. Exame de 86.000 cães com a eliminação provável de 17.000.
- IV. Desinsetizações 258.000 prédios, com um consumo de inseticida avaliado em 136.000 quilos.

Campanha Contra a Tracoma: Existem ainda no Brasil seguramente 1.000.000 de pessoas acometidas pelo tracoma, doença caracterizada por uma querato-conjuntivite de prognóstico sombrio, se não for tratada oportunamente.

A profilaxia repousa fundamentalmente no tratamento em massa, não só dos doentes de tracoma, como das outras conjuntivites transmissíveis mais comuns, mediante o emprego de pomadas e sulfas de ação retardada. Também merece destaque a instalação de lavatórios ou simples depósitos que permitam o uso da água corrente.

O programa de trabalho para 1965 prevê as seguintes atividades:

- I. Exame de cerca de 1.250.000 pessoas, calculando-se em 900.000 as que precisarão de tratamento. Estima-se o consumo de 2.000.000 de bisnagas de pomada oftálmica com 1% de antibióticos e 9.000.000 de comprimidos de sulfametoxipiridazina.
- II. Realização de inquéritos epidemiológicos na região amazônica e no centro-oeste do país, além da avaliação de resultados nos focos que já vem sendo trabalhados.

Campanha Contra o Bócio Endêmico: Em face da alta incidência do bócio endêmico no Brasil - calculando-se em mais de 11.000.000 o número de pessoas acometidas por esta doença carencial -

foi tornada obrigatória por lei, a iodação do sal destinado ao consumo alimentar.

Desde 1956, vem o Departamento Nacional de Endemias Rurais fornecendo as indústrias de refinação de sal o iodato de potássio de que necessitam para o fiel cumprimento da lei.

Programa de atividades em 1965:

- I. Controle do teor de iodo no sal iodado, cuja produção anual é avaliada em 925.000 toneladas, nas 225 indústrias de refinação e moagem existentes.

Saneamento do Ambiente:

- I. Instalação de aproximadamente 60.000 fossas em toda a área rural do Brasil, com a utilização de recursos próprios do Departamento, e em cooperação com outras entidades.
- II. Conclusão ou prosseguimento das obras dos sistemas de abastecimento de água em 27 localidades.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA (DNCr)

Investimento: Cr\$ 1.733.950.000

Ao Departamento Nacional da Criança, órgão do Ministério da Saúde, cabe a coordenação de todas as iniciativas nacionais em favor da maternidade, infância e da adolescência, segundo o Decreto Lei 2.024 de 17 de fevereiro de 1940.

O trabalho do Departamento Nacional da Criança desenvolve-se em todo o território Nacional não só diretamente através das suas 7 Delegacias Federais da Criança, como em articulação com os Governos Estaduais e Entidades Particulares Assistenciais.

Conta ainda o DNCr com um órgão especialmente destinado ao estudo das questões bio-médico-sociais no campo da maternidade e infância da adolescência - o Instituto Fernandes Figueira.

Em 25 anos de esforços conjugados com os outros órgãos federais afins, com as entidades oficiais dos Estados, e com a iniciativa privada, que tem trazido excelente contribuição a campanha de proteção as novas gerações, pode-se afirmar que o Departamento Nacional da Criança criou e consolidou no Brasil uma doutrina própria e perfeitamente consentânea com as reais necessidades da maternidade e da infância e da adolescência.

Síntese de atividades do DNCr para 1965:

- I. Auxílio técnico e financeiro às entidades particulares e públicas de proteção à maternidade, a infância e a adolescência.
- II. Apoio à Campanha de vacinação em massa das crianças contra o tétano, difteria, coqueluche, poliomielite e varíola, em cooperação com o Departamento Nacional de Saúde.
- III. Ampliação da campanha educativa, por intermédio de Clubes de Mães, de Pais e de Jovens, dos quais já existem 910 no país.
- IV. Realização de pesquisas e inquéritos para conhecer a situação da maternidade e da infância brasileira inclusive estudando o efeito do leite em pó destinado no desenvolvimento das crianças.

Nesse sentido, convém esclarecer que, embora o DNCr tenha larga experiência do emprego na alimentação infantil do leite em pó desnatado, a partir do 6º mês de idade, resolveu fazer cuidadoso estudo clínico e laboratorial, em ambiente hospitalar, no Instituto Fernandes Figueira, sobre o emprego, tolerância e aproveitamento desse mesmo tipo de leite em pó, num grupo de crianças de

baixa idade, desde os primeiros dias de nascimento.

Com as devidas correções lipídicas calóricas e vitamínicas, a observação marcha no momento para conclusões positivas, inteiramente favoráveis a extensão da Campanha alimentar, em moldes econômicos, ao grupo até então sujeito a leites caros existentes no mercado nacional.

- V. Desenvolvimento da Clínica de Orientação Juvenil do Departamento, para estudo e prevenção dos problemas psico-emocionais do adolescente.
- VI. Criação do Pronto Socorro Dietético Infantil, para dar assistência aos pais em dificuldade para alimentar os filhos.
- VII. Organização do Banco de Leite Humano, de Soja e de Leite de Cabra.
- VIII. Combate à desnutrição da criança por meio de:
 - a. incentivo à distribuição de leite em pó, de vitaminas e de outros suplementos alimentares;
 - b. incentivo à instalação de novas fábricas de leite em pó, de objetivos assistenciais, através de cooperativas de produtores, com aproveitamento de bacias leiteiras do país sem consumo adequado do leite in natura produzido.

A exemplo da Fábrica de Leite em Pó, em plena produção, organizada pelo governo brasileiro na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, equipada pelo FISI e entregue a direção a uma cooperativa local de produtores de leite (COLACTI), vão bem adiantados os estudos da fundação de novas fábricas, em outras regiões produtoras de leite, dentro do mesmo sistema de cooperação.

Toda a produção de leite desnatado é adquirido pelo preço de custo pelo Departamento Nacional da Criança e entregue, em geral, as entidades de proteção materno-infantil sediadas no sul do país.

Com o produto da franca industrialização e comercialização do creme ou da manteiga e de outros derivados e com a venda, a preço de custo, do leite em pó desnatado, a fábrica se mantém.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (ENSP) Investimento: Cr\$ 500.000.000

Este importante setor de trabalho do Ministério da Saúde tem a seu cargo a realização de cursos de níveis superior e médio, de formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal de saúde pública.

Realiza ainda cursos de caráter experimental e outras modalidades de ensino, compreendendo simposios, seminários, mesas redondas e círculos de conferências.

Está prevista para 1965 a concessão de 460 bolsas de estudo.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ Investimento: Cr\$ 2.917.691.000

- I. Incremento das pesquisas sobretudo das necessárias ao estudo dos problemas da patologia nacional que afetam o desenvolvimento do país, assim como de outros temas de ciência pura e aplicada.

- II. Prosseguimento do programa destinado à formação de técnicos e pesquisadores, de vital importância para a elevação do padrão dos biólogos nacionais, mediante a realização de seu curso de aplicação, que vem funcionando há cerca de 50 anos, e de outros sobre: métodos experimentais em medicina; aplicação de isótopos em biologia; bioquímica; virologia; aplicação da microscopia fluorescente em medicina e biologia.
- III. Realização de um curso, de âmbito internacional, sobre "a valorização do homem pela saúde nos países em desenvolvimento", focalizando os principais problemas médicos e de ordem econômica e social, relacionados com a saúde e o progresso dos povos em fase de desenvolvimento, particularmente na América Latina.
- IV. Aumento da produção de vacinas destinadas às campanhas que se desenvolvem nas diversas regiões do país. Estão nesse programa as vacinas antivariolicas, anti-amarílicas, anti-gripais, antitíficas, bem como a retomada da produção das antitetânicas e anti-pertussis.

COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

Estão programadas pela Campanha Nacional de Alimentação para 1965, as seguintes principais atividades:

- I. Preparo do "Balanço Alimentar", dando prosseguimento aos já realizados até 1965.
- II. Inquérito sobre a indústria de alimentação no Brasil.
- III. Prosseguimento dos estudos sobre enriquecimento de farinhas alimentícias, tipos de pão nacional e concentrados proteicos.
- IV. Estímulo às pesquisas no campo da tecnologia alimentar.
- V. Assistência alimentar supletiva a cerca de 500.000 pessoas, entre crianças, gestantes e nutrízes, em articulação com o Departamento Nacional da Criança e as Secretarias de Saúde dos Estados. Além de 20.000 toneladas de leite em pó desengordurado, previsto no acordo feito entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos, há possibilidade do recebimento de mais 5.000 toneladas, pelo Programa de Alimentos para a Paz.
- VI. Obtenção de 50 mil toneladas de alimentos e artigos escolares, mediante entendimentos já em fase final com a Cruz Vermelha Internacional.

FUNDAÇÃO SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

Investimento: Cr\$ 23.760.000.000

- I. Manutenção da rede unidades locais de saúde, compreendendo 27 centros médico-sanitários com 745 leitos e 278 centros de saúde, em 12 Estados da União.
- II. Conclusão dos sistemas de abastecimento água de 87 cidades.
- III. Ampliação das atividades de administração de serviços municipais de abastecimento água.
- IV. Perfuração de 450 poços-chafarizes para abastecimento água de pequenas comunidades de 15 Estados, mediante acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância.

- V. Construção de 20.000 fossas, 20.000 lavatórios e 10.000 banheiros.
- VI. Vacinação de 50.000 crianças de menos de 1 ano de idade com vacina triplíce contra a coqueluche, a difteria e o tétano.
- VII. Instalação final, em Recife, Estado de Pernambuco, de um centro de pesquisas e treinamento de engenharia sanitária.
- VIII. Manutenção do Instituto Evandro Chagas, em Belém, Estado do Pará, para pesquisas sobre a nosologia regional.
- IX. Manutenção de Escola de Enfermagem de Manaus, Estado do Amazonas.
- X. Conclusão dos estudos para a incorporação da vacina de vírus vivos atenuados contra o sarampo, na rotina das unidades locais de saúde.
- XI. Treinamento e aperfeiçoamento de servidores, compreendendo pessoal profissional e auxiliar.

INICIATIVA PARTICULAR E ÓRGÃOS PARA-ESTATAIS

A despeito de a cada momento, ter sido assinalada a conjugação de esforços das diversas esferas administrativas da nação, com órgãos para-estatais e com os da iniciativa particular que representa uma poderosa força na solução dos problemas sociais, especialmente no campo da maternidade, da infância e da juventude, nesse sentido merece ainda menção especial da Legião Brasileira de Assistência.

Legião Brasileira de Assistência (LBA)

A Legião Brasileira de Assistência, entidade civil criada em 1942, sob inspiração da Senhora do Presidente da República; com apoio das Confederações Nacionais do Comércio e da Indústria, com a finalidade principal de dar assistência às famílias dos jovens brasileiros convocados para a Força Expedicionária na última guerra mundial; terminada a guerra, foi transformada em obra social dedicada exclusivamente ao amparo à maternidade e à infância, através da família.

Trata-se de prestigiosa organização, de extensão nacional, tendo de acordo com seus Estatutos, como Presidente de Honra, a senhora do Presidente da República. É administrada por uma Comissão Central e por um Conselho Deliberativo que elegem o Presidente Efetivo.

Há Comissões Estaduais e Territoriais sob a presidência das esposas dos Governadores para as unidades Federais.

A LBA mantém serviços próprios e subvenciona ainda obras particulares de proteção social, dentro das suas finalidades.

A LBA é mantida pela contribuição de 0,5%, paga pelo empregador sobre o salário do empregado e contribuição igual por parte do Governo Federal.

Em 1964 contou a LBA, para o desenvolvimento das suas atividades em todo o território nacional, com recursos orçamentários no valor de Cr\$ - 6.769.532.

A LBA manteve em 1964, 258 obras médico-sociais, sendo 133 nas capitais dos Estados e Territórios e 125 no interior, subvencionando ainda mais 782 outras obras, em plano de cooperação com a iniciativa privada em favor da maternidade e da infância.

Dentre as obras próprias de LBA destaca-se a Casa Maternal da Infância Leonor Mendes de Barros em São Paulo, com o seguinte movimento em 1964:

Nº de partos	14.972
Parto normal	12.203
Intervenções obstétricas	2.262
Recem-nascidos	14.988
Nascidos vivos	14.438
Nascidos mortos	550

Creches

A criação de obras e serviços destinados à guarda das crianças em baixas idades, durante o período do afastamento das mães, para o trabalho fora do lar, que, de modo geral, aparece com a industrialização ou como decorrência dela, no Brasil, pode-se dizer, que o interesse por esse tipo de obra de proteção à infância precedeu ao surto de industrialização do país.

Só mais tarde, em 1930, com a criação do Ministério do Trabalho e de toda a legislação trabalhista, é que a creche foi incorporada aos textos legais, sendo obrigatória nos estabelecimentos fabris, onde trabalham mais de 50 mulheres.

Em verdade, a providência legal não deu até hoje grandes e numerosos frutos.

Somente nos grandes centros urbanos ou naqueles mais próximos da fiscalização, a lei é observada integralmente, quer pela existência de creche anexa à própria fábrica ou mediante acordo com obra local desse gênero.

Em geral as creches funcionam, no Brasil, mais para o atendimento dos filhos de empregadas domésticas.

Proteção ao Menor

Os velhos processos de amparo ao menor abandonado em que o mesmo era tomado individualmente, sem o exame tratamento das causas familiares, próximas ou remotas, vão sendo substituídas por novos métodos alicerçados na família, na técnica do serviço social, e na participação da comunidade.

Sob o ponto de vista oficial, o problema do menor é da competência dos Juizados de Menores e dos Serviços Sociais de menores existentes em todas as Unidades da Federação, com estabelecimentos próprios, tanto para os infratores, como para o simplesmente abandonados, por motivos econômicos, de doença e outros desajustes sociais.

Não obstante a organização oficial, erguida em bases entiquadas, houve apreciável progresso no que diz respeito a execução dos serviços que evoluíram de grandes estabelecimentos fechados, tipo internato, ao atendimento no seio da própria família e colocação em lares substitutos.

A iniciativa privada tem trazido excelente contribuição à solução dos problemas do menor, já pela sua espontaneidade e elevada compreensão, já por delegação do poder público, mantendo grande número de serviços e obras, em todo o país.

A Professora Iracy Junqueira representante do Brasil no Seminário realizado pela UNICEF, em Bellagio, Itália em 1964, fez a análise dos aspectos técnicos e administrativos da proteção ao menor, inclusive considerações sobre a marcha de um projeto de lei que transitava pelo legislativo federal reformulando inteiramente as bases da política nacional do bem estar do menor.

Nesse interim, foi criada efetivamente, pela Lei 4.513 de 1.12.64, a Fundação do Bem-Estar do Menor, diretamente subordinada ao Presidente da República, cujos objetivos principais são de "formular e implantar a política nacional do bem estar do menor mediante estudo do problema planejamento das soluções,

orientação e fiscalização das entidades que executam essa política".

A Fundação do Bem-Estar do Menor, dá prioridade aos programas que visem a integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos", substituindo os velhos internatos.

Tendo caráter normativo, a FBEM subvencionará os órgãos regionais, estaduais, locais e entidades privadas, sem contudo manter serviços próprios, a não ser excepcionalmente.

A estrutura técnica administrativa prevista favorece a atuação dos técnicos e reduz a interferência política, garante a adaptação dos programas a cada região do país e a autonomia dos órgãos regionais e locais.

A FBEM conta para a realização das suas atividades com os seguintes recursos próprios assegurados por Lei:

- todo o acervo do Serviço de Assistência ao Menor (repartição que a precedeu;
- dotações orçamentárias e subvenções da União, dos Estados e dos Municípios;
- dotações de autarquias, de sociedades de economia mista, de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiros;
- rendas eventuais, inclusive as resultantes da prestação de serviços.

No momento, decorridos, poucos meses da sua criação, a FBEM cuida da complementação da sua organização jurídica e social.

PROTEÇÃO SOCIAL À FAMÍLIA

Previdência Social - Tendo suas raízes em 1923, quando foram constituídas, por Lei, as primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões, a Previdência Social se encontra atualmente consubstanciada na Lei Orgânica da Previdência Social, Lei nº 3.807 de 5 de setembro de 1960, e no Regulamento Geral da Previdência Social - Decreto nº 48.959 de 19 de setembro do mesmo ano. Não obstante defeitos estruturais e funcionais, se constitui elemento valioso de proteção econômico-social das classes trabalhadoras incluídas na sua área de ação.

O total de segurados ativos, em 30 de junho de 1961, foi estimado, pelo Serviço Atuarial de 4,7 milhões, distribuídos através seis Institutos, sendo 4 milhões pertencentes aos três principais organismos: IAPI, IAPC e IAPETC. O número de aposentados era, então, de 550 mil e o de pensionistas, 668 mil. O total de pessoas protegidas, isto é, segurados mais dependentes, montava, naquela data, a nada menos de 13,3 milhões, parcela considerável da população urbana, cuja existência depende em larga escala, cu, mesmo, no período de inatividade econômica, exclusivamente das vantagens previdenciárias (12).

Para consecução de suas finalidades os Institutos se obrigam às seguintes prestações: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, por velhice e por tempo de serviço, auxílio-natalidade, pensão, auxílio-reclusão, auxílio-funeral. Os valores destas prestações serão reajustados sempre que os índices de salários de contribuição dos segurados ativos ultrapassarem em mais de 15% os do último reajustamento.

Quanto aos serviços assistenciais, a lei é vaga mas, de modo geral, todos os Institutos prestam assistência médica e hospitalar, cabendo o socorro de urgência a uma organização comum a todos - O Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU). Oferecem também serviço social, em sentido restrito, isto é, a atividade exercida por Assistentes Sociais junto a indivíduos, grupos e a comunidade.

O custeio da Previdência Social é feito por contribuições dos segurados (6 a 8% do seu salário), das empresas onde trabalham (mesma percentagem) e pela

União que participa com quantia igual à soma das contribuições anteriores.

Os seus órgãos de administração - Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, dos Industriários, dos Bancários, dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, dos Empregados em Transportes e Cargas e dos Marítimos - são dirigidos em regime de colegiado, com representação paritária do Estado, dos segurados e das empresas.

Segundo dispositivo da Lei, a prestação dos serviços, de acordo com as necessidades e conveniências, poderá ser feita em comum. Esta fórmula de comunidade de serviços assistenciais, ainda em caráter facultativo, deverá ser no futuro, solução obrigatória. Ainda não se incluem entre os beneficiários da Previdência Social os domésticos e os trabalhadores rurais, embora para estes últimos a recente aprovação da lei conhecida por Lei Ferrari, assegure tais benefícios. Esta lei, entretanto, ainda não foi regulamentada e o grande ônus que a sua aplicação acarretará para a Previdência vai dificultar, por certo a sua execução.

Abono Familiar - Com a instituição do Abono Familiar (Decreto-Lei nº 3.200 de 19 de abril de 1941) regulamentado pelo Decreto nº 12.229, de 22 de abril de 1953, todas as famílias economicamente desabeis da população (rendimento inferior ao dobro do salário mínimo) com pelo menos 8 filhos menores de 18 anos, passaram a ter direito a benefício no valor, atualmente irrisório de Cr\$100 mensais e mais Cr\$ 20 por filho excedente a oito. A procura deste benefício, conforme se pode verificar no quadro abaixo, evidencia a pobreza dos que dele ainda procuram fazer jus.

ABONO FAMILIAR ÀS FAMÍLIAS NUMEROSAS
FAMÍLIAS BENEFICIADAS

<u>Ano</u>	<u>Norte</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Leste</u>	<u>Sul</u>	<u>Centroeste</u>	<u>Total</u>
1950	2.049	61.508	26.533	20.311	1.535	111.936
<u>NÚMERO DE FILHOS POR UMA FAMÍLIA BENEFICIADA</u>						
	8	9	10	11	12	13 e mais
1960	57.148	29.919	15.792	6.258	2.138	691

Também ao servidor público (Decreto nº 5.976 de 10 de novembro de 1943) foi dado um abono por filho menor independente do seu número. Ao contrário do abono as famílias numerosas, o abono do funcionalismo público tem sido revisto e aumentado e passou a incluir também a esposa.

Salário Família - Somente em 1963, pela Lei nº 4.265 de 3 de outubro de 1963, foi instituído o Salário-Família no Brasil, que garante a todo chefe de família registrado em qualquer Instituto de Previdência, por filho menor de 14 anos, a importância correspondente a 5% sobre o salário mínimo da região. Esta percentagem foi estipulada em caráter experimental, para os 3 primeiros anos de vigência da lei.

Os descontos familiares do imposto de renda se constituem em outro instrumento de proteção social à família, mormente a da classe média.

Habitacão Popular - "Com o ritmo rápido do crescimento demográfico e econômico - especialmente acelerado nas cidades, cuja população aumentou de 63% entre 1950 e 1960 - o deficit habitacional se vem agravando. Numa população de 75 milhões de habitantes, aquele deficit é estimado em cerca de 7 milhões de unidades, atualmente, ou seja, as necessidades habitacionais de metade da população nacional."

O agravamento foi devido em parte ao inadequado planejamento urbanístico, face ao crescimento explosivo das cidades. Porém, a causa principal reside na inflação."

"As Caixas Econômicas Federais, os Institutos de Aposentadoria e Pensões e a Fundação da Casa Popular têm concedido créditos a longo prazo para a compra de habitações pela classe operária e média."

"A disciplina, supervisão, controle e coordenação dessa estrutura financeira são confiados a uma entidade nova: O BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. Trata-se de órgão de direito público, sob a jurisdição do Ministério da Fazenda, criada pela Lei 4.380 de 21.8.64. O seu capital será integralizado com a contribuição de 1% sobre as folhas de pagamento das empresas sujeitas a descontos para Institutos de Aposentadoria e Pensões. Operará, ainda, com recursos provenientes de depósitos de entidades governamentais, de entidades integrantes do Sistema Financeiro, ou que resultem de operações realizadas pelo Banco, ou que a ele estejam diretamente vinculadas. É autorizado, ainda, a tomar empréstimos do exterior e nacionais, de grande vulto."

Serviços de Assistência à Família - Não existe no Brasil qualquer programa geral, específico, de assistência à família, como unidade. A família é assistida por várias organizações que atuam em âmbito restrito ou em esfera mais ampla, em função de problemas especiais: maternidade-infância, médicos, etc. Dentre estas se destaca a Legião Brasileira de Assistência.

Outras, se voltam, apenas, para as necessidades materiais de alimentação e vestuário ou restringem o seu atendimento a determinadas categorias da população. Muito poucas, se não raras, se dedicam a sua assistência integral, com ênfase no fortalecimento e manutenção da família como unidade social básica.

Planificação da Família - Só muito recentemente vem despertando grandes debates no Brasil, o problema de limitação da natalidade, mediante o controle consciente dos nascimentos. O assunto ainda se encontra no terreno especulativo e controversial. Tratando-se de país de grande extensão territorial, cujo problema demográfico é mais de distribuição do que de volume populacional e de nação tradicionalmente católica, a questão é encarada com bastante reserva, atribuindo-se o seu debate mais a influências da literatura alienígena, do que a necessidades reais. Já existem, porém, alguns movimentos e iniciativas isoladas nesse sentido, tais como a Associação Brasileira de Planejamento da Família, com sede na Guanabara e filiais em alguns Estados, uma Clínica de Orientação de Controle da Natalidade, em São Paulo, etc. O número de adeptos entusiastas da Planificação Familiar está, por sua vez, a aumentar.

Educação dos pais e adultos - Neste setor, merecem menção as Associações de Pais e Mestres tendo sido a 1ª delas criada em 1935 junto às escolas primárias do Rio de Janeiro. São atribuições da A.P.M. a organização de Círculos de Pais, com caráter de formação psicopedagógica e a formação de animadores destes Círculos. Existem no Brasil, duas escolas de pais: no Rio e em São Paulo, respectivamente, que se destinam a constituir-se em centros de documentação, de treinamento e orientação.

O Departamento Nacional da Criança no seu programa com o FISI (UNICEF) deu início em 1951 a organização de Clubes de Mães juntos aos postos distribuidores de leite em pó fornecido por aquele organismo internacional. Atualmente, estes Clubes que já atingem o nº de 1200, se espalham por todo o Brasil, funcionando junto a diversos tipos de obras. Nelas, a par de ensinamentos de artes domésticas, as suas socias são esclarecidas quanto aos seus deveres de esposas e mães, e aos cuidados e necessidades da criança e do adolescente. Existem alguns Clubes de Pais, com idênticas finalidades.

As organizações patronais de âmbito nacional - SESI (Serviço Social da Indústria) e SESC (Serviço Social do Comércio), também desenvolvem atividades de grupo que congregam toda a família do trabalhador, inclusive os adultos, com finalidades educativas e recreacionais e oferecem cursos diversos a seus beneficiários.

ORGANIZAÇÃO DE JOVENS

Além das organizações que exercem influência sobre a infância e juventude já citadas, principalmente quanto aos problemas educacionais, há ainda a assinalar os movimentos de formação da juventude, como o escotismo e o bandeirantismo, bastante difundidos em todo o Brasil e a Associação Cristão de Moços em várias capitais dos Estados.

Há organizações dirigidas pelos próprios jovens como as entidades estudantis, dos diversos níveis de ensino, subvencionadas pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo principais a União Nacional dos Estudantes e a União Metropolitana de Estudantes que no momento estão sendo recolocadas no seu lugar de líder dos legítimos anseios e aspirações da mocidade estudantil, sem os excessos que vinham sendo praticados nestes últimos anos anteriores a Revolução de 31 de março de 1964.

Clubes 4-S (saber, sentir, saúde, servir)

Há no Brasil, 574 clubes em 15 Estados, com 12.107 associados entre 10 e 20 anos, tendo como símbolo o trevo de quatro folhas, bastante conhecidos nos países latino-americanos.

Podemos citar ainda os movimentos da Ação Católica, como: Juventude Agrária Católica (JAC) para o meio rural; Juventude Operária Católica (JOC) para o meio urbano e Juventude Universitária Católica (JUC)

Por fim, os Clubes de Jovens, recomendados pelo Departamento Nacional da Criança como sequência aos Clubes de Mães, umas das atividades da Campanha Educativa citadas quando aqui tratados os problemas de saúde.

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

A medida que foram tratados os problemas e necessidades da infância e da juventude, foi igualmente citada a cooperação internacional recebida pelo Brasil para o desenvolvimento de programas em regime de colaboração.

São os seguintes principais órgãos de cooperação internacional, operando no Brasil em projetos referentes a infância e a juventude:

UNICEF/FISI

1. Serviços Básicos de Saúde.
Cooperação prestada a Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública operando em 15 Unidades da Federação no sentido do aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar compreendendo médicos, enfermeiros, visitantes, inspetores sanitários, etc.
2. Saneamento do Meio.
Ainda em cooperação com a FSESP, Estados e Prefeituras Municipais, campanha de fornecimento de água para as localidades de mais de 5.000 habitantes.
3. Treinamento de Enfermeiras.
O projeto é destinado a assistir a 18 Escolas de Auxiliares de Enfermagem. Em 1964, 14 Escolas foram reorganizadas e equipadas e inclusive concedidas bolsas de estudos.
4. Controle da Tuberculose.
Programa para controle sistematizado da tuberculose, numa população de 200 mil habitantes, no Estado do Rio Grande do Norte, inclusive fornecimento de equipamentos de laboratório de radiologia, etc.
5. Lepre.
UNICEF/FISI trouxe nos anos anteriores cooperação à Campanha Nacional Contra a Lepra.

6. Cadeira de Pediatria da Faculdade de Medicina de Recife, Pernambuco. Através do Departamento de Pediatria e Higiene da Criança tem sido realizado com a cooperação UNICEF/FISI um grande trabalho de expansão dos serviços e treinamento do pessoal médico e auxiliar para, atender, de preferência, as necessidades da Região Nordeste do país.
7. Treinamento para tratamento de Ortopedias. Em funcionamento em São Paulo, em cooperação com a Associação de Assistência à Criança Defeituosa, a cujos cursos tem previsto a frequência de bolsistas do Brasil e de outros países da América Latina.
8. Treinamento de Professores do Ensino Primário. Este projeto destina-se ao aperfeiçoamento do ensino primário, por meio do treinamento de professores em planejamento educacional, administração escolar, supervisão e treinamento intensivo de novos professores.
9. Educação em Nutrição. Iniciado em 1965, no Estado da Paraíba (Nordeste) com a cooperação do Ministério e Secretaria de Saúde, Educação e Agricultura, com a participação da FAO, WHO e UNICEF.
10. Pesquisas, Desenvolvimento e Testes de Alimentos Ricos em Proteínas.
11. Serviço Social para Crianças e Serviço Social Escolar. UNICEF/FISI esta cooperando para o aperfeiçoamento dos serviços sociais, principalmente pelo treinamento de pessoal, nos Estados de Goiás e Pernambuco

WHO - Organização Mundial de Saúde (OMS)

Através da OPAS (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE) a OMS colabora em grande numero de importantes projetos de saúde, inclusive nos diretamente ligados aos problemas da infância e juventude.

Há ainda a assinalar, varias outras organizações internacionais de assistência externa, técnica e financeira.

De grande significado para a educação tem sido a ajuda internacional, traduzida em auxilios financeiros, doações, equipamentos, bolsas de estudo.

Origem dessa ajuda: FAO; IAEA; Fundo Especial das Nações Unidas USAID/Ponto IV; Aliança para o Progresso; UNESCO, UNICEF/FISI; Ford Foundation e Rockefeller Foundation.

Por outro lado o Food for Peace e Peace Corps trouxeram valiosa ajuda em alimentos para Campanha de Merenda Escolar.

A assistência técnica vem sendo assegurada no Brasil através de acordos com: Nações Unidas e Organismos especializados; OEA, Missão Norte Americana de Assistência Técnica (Ponto IV), Aliança Para o Progresso.

Por outro lado, foram distribuidas bolsas de estudos em decorrência de acordos e entendimentos de cooperação técnica pelos seguintes países: Estados Unidos, Suíça, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Belgica, Austria, Espanha, Itália, Hungria, Índia, Alemanha, França, Argentina, Inglaterra, Checos - Lovaguia, Mexico, Polônia, China, Japão, Suecia e Holanda.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao concluirmos o presente Relatório que outro mérito não tem, se não o de uma simples enunciação de dados, de maior ou menor interesse na apreciação dos problemas e necessidades da infância e juventude brasileiras, tentaremos, em breves palavras, relacioná-los com o desenvolvimento nacional, apontando, o quanto possível, os instrumentos de ação para que seja alcançado o grau de progresso social desejado.

O ponto de partida para o desenvolvimento, no Brasil, como nos demais países latino-americanos, foi a tomada de consciência da real situação de miséria, de atraso material e espiritual em que se achava mergulhada grande parte da população, enquanto outros povos mais felizes usufruíam o bem estar dos países desenvolvidos.

Partindo do pensamento uniforme, sobre as exigências básicas da vida em que o homem passou na segunda metade do século XX a ser considerado o maior patrimônio nacional, foi que o Brasil procurou anular a sua inautenticidade de corrente da falta de manipulação, por experiência própria, de primeira mão, na solução dos seus problemas socio-econômicos, realizando a viragem do centrifugismo em que vivia, para o centripetismo das soluções verdadeiramente nacionais.

A assinatura da Carta de Punta del Este foi, sem dúvida, o chamamento geral para a metódica e progressiva modificação na estrutura socio-econômica, que havia de abrir os caminhos do desenvolvimento aos países latino-americanos.

Era preciso estabelecer planos a curto, médio e longo prazo para as realizações político-sociais em seu conjunto.

Em 1948, o Governo Brasileiro, fez uma tentativa de plano conjunto para solução dos sérios problemas nacionais de saúde, alimentação, transporte e energia, consubstanciada no PLANO SALTE, sem contudo atingir plenamente os seus objetivos, já por falta de apoio econômico e pela falta de continuidade administrativa.

Várias outras iniciativas tem sido tomadas nesse sentido, não só por parte do Governo Federal, como o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, como nas áreas estaduais o Plano de Ação do Governo de São Paulo 1959/63 e outras medidas para o desenvolvimento de áreas limitadas como sejam: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazonia (SPVEA), a Comissão do Vale do Rio São Francisco (CVRSF), a Comissão de Valorização da Fronteira Sudoeste, planos regionais concebidos e realizados para atender a peculiaridades de cada região, alcançando apreciáveis frutos.

Embora, de caráter regional, é digno de menção especial o Plano Diretor da SUDENE, não só porque abrange uma área territorial das mais extensas do mundo, submetidas a plano de desenvolvimento, como porque tendo as características de plano integral, compreendendo todos os aspectos dos programas desenvolvimentista.

O Plano Quinquenal da SUDENE compõe-se de um grande conjunto de projetos destinados a execução da política econômico-social da região, dentro dos melhores padrões técnico-administrativos.

Para atender ao imperativo nacional de geral coordenação dos planos nacionais de desenvolvimento, foi criada em 1961 a Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN) com as seguintes finalidades:

- a. reunir ou realizar estudos e levantamentos necessários ao planejamento to plurianual do desenvolvimento econômico e social do país;
- b. coordenar e harmonizar em planos gerais e setoriais os programas e projetos elaborados por órgãos públicos e entidades particulares.

Com o advento da Revolução de 31 de março de 1964, instalou-se no Brasil um Governo que conduz os negócios públicos dentro de um sistema de providências baseado no rigor científico, no bom senso e na participação da comunidade,

consubstanciado no PROGRAMA DE AÇÃO ECONOMICA DO GOVÊRNO - 1964/1966, no qual o povo brasileiro deposita fundadas esperanças.

Finalmente, para encerrar e até para corrigir ou antes, para abrandar o otimismo inato do relator deste trabalho, voltando de certa forma, aos problemas da infância e da juventude, daremos uma síntese das dificuldades para execução dos programas assistenciais em seu benefício.

São as seguintes as principais causas, as quais, por demais conhecidas não exigem maiores comentários:

- a. desvalorização da moeda, tornando deficiente os recursos financeiros disponíveis;
- b. descontinuidade administrativa;
- c. deficiência da infra estrutura dos órgãos de execução;
- d. falta de planejamento ou planejamento inadequado para implantação de obras assistenciais;
- e. multiplicidade de organismos trabalhando em programas identicos, com dispersão de recursos e esforços, sem coordenação, com comportamento individualista e improdutivo;
- f. deficiência de pessoal qualificado e má utilização da técnica;
- g. aparelhamento precario dos serviços de estatística, dificultando o levantamento de dados para o conhecimento da realidade brasileira e avaliação dos trabalhos realizados.

Vale dizer que não estamos superestimando os meios e modos para solução dos problemas assistenciais, pois, acreditamos que o investimento social-educação e saúde, como problemas de superestrutura, não deve exceder a certo limite, para não pezar demais sobre a infraestrutura do País, representada pela agricultura, indústria, etc. o que poria em risco de desmoronamento de todo o arcabouço político-administrativo nacional.

TABELA I
Área, população registrada, urbana e rural, e densidade por Km² por regiões, no
Brasil em 1960

Regiões	Área em Km ²	População registrada			Densidade por Km ²	População rural %
		Total	Urbana	Rural		
Norte	3.581.180	2.601.519	983.278	1.618.241	0,73	62,20
Nordeste	965,652	15.677.925	5.300.966	10.376.959	16,35	66,19
Leste	1.260.057	24.832.614	12.000.520	12.477.794	19,40	50,91
Sul	825.621	24.680.421	12.618.032	12.062.399	29,89	48,87
Centro-Oeste	1.879.455	3.006.866	1.053.106	1.953.760	1,60	64,98
Total	8.511.965	70.799.352	31.955.902	38.439.153	8,38	54,29

Compilada com dados do IBGE

TABELA II

COEFICIENTES DE MORTALIDADE INFANTIL, POR REGIÕES DO BRASIL

R E G I Õ E S	ANOS	NASCIDOS VIVOS	OBITOS	COEFICIENTES DE MORTAL. INFANTIL			
			MENOS DE 1 ANO	1959	1960	1961	1962
N O R T E							
Rondônia	1959	16.661	3.505	210,37	191,93	324,16	185,87
Acre	1960	17.589	3.376				
Amazonas	1961	9.415	3.052				
Rio Branco	1962	16.565	3.079				
Para Amapa							
N O R D E S T E							
Maranhão	1959	156.085	84.026	538,33	537,86	459,42	481,56
Piauí							
Ceara							
Rio Grande do Norte							
Paraíba	1961	179,264	82,359				
Pernambuco	1962	182,970	88,112				
Alagoas							
Fernando Noronha							
L E S T E							
Sergipe	1959	497,035	60,763	122,25	125,69	136,35	120,73
Bahia							
Minas Gerais	1960	513,014	64,481				
Espirito Santo	1961	477,277	65,079				
Rio de Janeiro	1962	439,643	53,082				
Guanabara							
S U L							
São Paulo	1959	772,068	64,246	83,21	76,47	78,27	69,60
Parana	1960	778,740	59,557				
Santa Catarina	1961	797,054	62,390				
Rio Grande do Sul	1962	827,565	57,601				
CENTRO-OESTE							
	1959	39,171	3,772	96,29	90,40	109,67	85,72
Mato Grosso	1960	39,922	3,609				
Goiás	1961	41,132	4,511				
Brasília	1962	43,455	3,725				

TABELA III

ESTIMATIVA DA NATALIDADE
NASCIDOS VIVOS REGISTRADOS E ESTIMADOS
PERCENTUAL DE REGISTRO

A N O 1 9 6 2

Regiões
do Brasil

	<u>NASCIDOS VIVOS</u>			<u>Estimativa Populacional</u>	<u>%</u>		<u>N A T A L I D A D E</u>	
	<u>Registrados</u>	<u>Estimados</u>	<u>Diferença</u>		<u>Registrados</u>	<u>Nao Registrados (Estimados)</u>	<u>Registrados</u>	<u>Nao Registrados (Estimados)</u>
Norte	16.565	106.905	90.340	2.773.000	15,4	84,5	5,9	38,5
Nordeste	182.970	656.127	473.157	16.372.000	27,8	72,1	11,1	40,0
Leste	527.096	919.977	392.881	26.162.000	57,2	42,7	20,1	35,1
Sul	827.665	966.370	138.705	26.786.000	85,6	14,3	30,8	36,0
Centro-Oeste	43.455	118.417	74.962	3.176.000	36,6	63,3	13,6	37,2
Brasil	1.597.751	2.767.796	1.170.045	75.271.000	57,7	42,2	21,2	36,7

Serviço de Estatística do
Departamento Nacional da Criança

TABELA IV

Distribuição da renda "per capita" no Brasil
em 1950 e 1960

Regiões	Renda "per capita" no Brasil a preços corrente						Valor em Dolar - US\$			
	1 9 5 0			1 9 6 0			1 9 5 0		1 9 6 0	
	Cr\$ 1.000.000	População	"per capita"	Cr\$ 1.000.000,00	População	"per capita"	Livre	Oficial	Livre	Oficial
No rte	4.960,0	1.844.655	2.688,84	42.312,0	2.601.519	16.264,30	98,96	149,38	81,32	162,64
Nordeste	24.794,6	12.494.477	1.984,44	203.755,0	15.677.995	12.996,20	66,15	110,25	64,98	129,96
Leste	80.164,7	18.893.007	4.243,08	651.554,6	24.832.611	26.237,90	141,44	235,73	131,19	262,38
Sul	106.064,2	16.975.293	6.248,15	971.072,7	24.848.194	39.080,20	208,27	347,12	195,40	390,80
Centro- Oeste	4.293,0	1.736.965	2.471,55	47.798,4	3.006.866	15.896,41	82,39	137,31	79,48	158,96
Todo o País	220.276,5	52.924.997	4.162,00	1.916.492,7	70.967.185	27.005,30	138,73	231,22	130,50	261,00

Compilada com dados da Fundação Getúlio Vargas.

TABELA V

Leitos existentes nas diferentes Regiões do Brasil
em 31/12/1959

LEITOS EXISTENTES													
Segundo a finalidade													
Regiões	Total	Gerais		cirurgia	Especializados								outros
		Nº	Por 1000		trau- mato- logia	obste- trica	doenças trans.	pedia- tria	neuro psiqui- atria	tuber- culose	lepra	cancer	
Norte	7.240	1.723	0,66	1.077	45	491	45	331	651	779	2.641	23	118
Nordeste	23.644	4.977	0,32	2.892	576	3.903	274	1.011	4.328	2.350	1.897	146	984
Leste	86.104	22.029	0,88	9.923	2.257	6.339	855	3.984	17.115	10.807	8.095	641	4.062
Sul	110.604	33.848	1,37	12.050	2.180	8.133	1.696	5.919	23.184	11.026	7.291	537	4.740
Centro- Oeste	5.627	2.087	0,69	811	46	442	33	320	426	264	1.231	52	215
Total	233.503	64.664	0,91	26.596	5.104	19.308	2.903	11.628	45.704	25.226	20.852	1.399	10.119

3,3 leitos por 1.000 (tôdas as especialidades e gerais).

Compilada com dados do IBGE.

TABELA VI

Abastecimento de água e esgotos sanitários no Brasil em 31/12/1958

Municípios Brasileiros em 31/12/1958						
Unidades da Federação	Total	com abastecimento de água		com esgotos		Domicílios Registrados
		Nº de Munic.	Nº de Prédios	Nº de Munic.	Nº de Prédios	
Rondônia	2	2	1.235	2	983	17.066
Acre	7	-	-	-	-	29.323
Amazonas	44	13	15.182	3	16.926	124.079
Rio Branco	2	2	750	1	-	4.843
Pará	59	23	29.624	12	20.994	261.764
Amapá	5	4	763	1	3.774	11.591
Maranhão	90	5	10.244	3	4.749	470.245
Piauí	71	11	2.882	4	-	220.831
Ceará	144	33	20.431	6	29.487	582.739
Rio Grande do Norte	81	11	15.144	1	3.949	214.949
Paraíba	51	19	19.607	13	11.707	373.493
Pernambuco	102	50	64.398	28	34.387	811.405
Alagoas	56	19	18.860	21	18.592	251.986
Sergipe	61	10	10.545	5	11.130	157.099
Bahia	194	55	57.999	51	27.968	1.151.867
Minas Gerais	485	407	311.171	300	247.144	1.770.345
Espírito Santo	40	33	32.984	23	18.455	206.927
Rio de Janeiro	61	58	167.911	53	160.432	656.147
Guanabara	1	1	284.693	1	233.641	714.145
São Paulo	435	308	924.681	214	883.691	2.631.506
Paraná	162	50	61.620	19	41.997	-
Santa Catarina	106	18	26.054	27	14.300	383.793
Rio Grande do Sul	118	73	236.666	32	77.919	1.026.778
Mato Grosso	64	19	16.557	13	11.635	163.283
Goiás	179	25	10.309	51	4.155	379.597
Total	2.630	1.249	2.271.234	884	1.869.118	12.615.797

Faltam os dados de registro de domicílios no Estado do Paraná.
 Compilada com dados do IBGE.

CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA SOBRE A INFÂNCIA E A JUVENTUDE

NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Resumo do trabalho apresentado por Getúlio Lima Júnior, Delegado do Brasil

Breves dados geográficos: Conta o Brasil com a superfície de 8.511.965 quilômetros quadrados, sendo $\frac{3}{8}$ de planícies e $\frac{5}{8}$ de terras altas.

O clima de modo geral é quente, tropical. A temperatura média anual é de 22° C, sendo o clima temperado.

Dados demográficos: Total da população segundo o Censo de 1960: 70.799.352, sendo a densidade demográfica muito irregular, apresentando as seguintes variações, segundo as regiões fisiográficas, de 0,73 habs. no norte, a 29,89 habs. no sul, dando em média, para o País: 8,38 habs. por quilometro quadrado.

O crescimento natural da população é anualmente na ordem de 3,3%.

A taxa média de natalidade que era de cerca de 40 por mil habitantes, em 1960 conserva-se ainda elevada em todo o país, com ligeiras diferenças, segundo as regiões fisiográficas.

Mortalidade: Na ausência de dados definitivos mais recentes, estima-se que a taxa bruta de mortalidade esteja em torno de 13 a 14 por mil habitantes.

Mortalidade Infantil: Conquanto as taxas oficiais conhecidas para 1962 sejam de 136, 13 por mil nascidos vivos, tendo em vista, porém, a evasão no registro civil de nascimentos, estima-se que em geral, ela seja bem menor, como ocorre nas regiões sul e centro-oeste do país.

A Esperança de Vida ao Nascer: E que era em 1940/50 de 32 a 43,7 deve ser atualmente de 53 a 55 anos, segundo estimativa.

Movimentos migratórios: São comuns no interior do país, cujo fluxo é da zona rural para a zona urbana.

Renda "per capita": De acordo com tabela apresentada, os valores da renda per capita nacional tem grandes variações, conforme as regiões, indo de Cr\$42.312 no norte a Cr\$971.072 no sul.

Habitação: Teoricamente, haveria simplesmente um deficit de 1 milhão de domicílios particulares, entretanto, com a inadiável substituição de barracos, cortiços, mocambos e outras habitações anti-higiênicas esse deficit sobe a mais de 3 milhões.

Exame dos problemas mais importantes em matéria de Saúde em geral e especialmente dos relacionados com a Proteção à Infância e Juventude

Assistência Médica: É insuficiente o número de médicos e de outros profissionais para os serviços médicos, hospitalares e sanitários. A carência é tanto quantitativa como qualitativa, agravada ainda pela má distribuição geográfica dos técnicos de saúde que, em geral, se concentram nos grandes centros.

Enquanto o Brasil dispõe em média de 4,1 médicos por 10 mil habitantes, a Argentina, Uruguai e os Estados Unidos da América do Norte contam com mais de 10 por 10 mil habitantes. O problema é o mesmo quanto a Enfermagem.

O Ministério da Saúde, tem procurado dar solução à falta de médicos no interior do país, garantindo a permanência dos mesmos, mediante pagamento de salário e dando outras condições favoráveis de fixação.

Assistência Hospitalar: Ocorre com a assistência hospitalar o mesmo fenômeno. É insuficiente e mal distribuída a rede de hospitais, havendo em média 3.3 leitos por mil habitantes para todas as especialidades.

Alimentação: De modo geral, a alimentação do povo brasileiro é pobre de alimentos protetores: proteínas, especialmente as de origem animal, bem como de lipídios, vitaminas e de sais minerais. Em média, não atinge a 2.500 calorias, havendo grandes variações segundo as regiões fisiográficas e as camadas sociais.

Saneamento Básico: O abastecimento de água e remoção dos dejetos humanos são 2 grandes problemas sanitários. Calcula-se que 100 milhões de pessoas vivam sem água encanada, em toda a América Latina. Dos 2.630 municípios brasileiros existentes em 1958, apenas 1249 47,5% possuíam o abastecimento de água e só 18% dos domicílios eram servidos por abastecimento de água. Essa situação concorre para a manutenção de doenças transmissíveis, do aparelho digestivo, com elevados coeficientes de morbidade e mortalidade.

Problemas de Morbidade e Mortalidade: Prevalencem, no Brasil as doenças transmissíveis sobre as degenerativas. As endemias rurais comprometem a saúde de milhões de habitantes e retardam a marcha do progresso de grandes áreas do país. Dessas, citaremos: a Malária como um dos mais graves problemas, porém, em via de erradicação; a Esquistossomose com índices de infestação bastante elevados. A Tuberculose, a Lepra e a Varíola são doenças sobre as quais vai sendo possível estabelecer-se o desejado controle sanitário.

Desnutrição: Em síntese, o Relatório do Departamento Nacional da Criança ao III Seminário Inter-Americano de Alimentação Petrópolis - Brasil 1965, conclui que é baixa a cota de proteínas de origem animal: carne, leite, ovos, por serem alimentos caros e de produção insuficiente. Agravam ainda a situação as dificuldades de transporte e armazenamento.

Doenças Infecciosas e Parasitárias: Segundo estudos realizados, são as maiores responsáveis pelo obituario infantil.

Modificações da Estrutura Sócio-Econômica do País e seus Reflexos na Vida Familiar

De país tradicionalmente agrícola, entrou o Brasil, nas últimas décadas, em processo de industrialização acelerado e de desordenada urbanização. Esta transformação provoca profundas modificações na estrutura sócio-econômica do país, vindo a alterar uma enorme escala de valores sobre os quais repousava a família brasileira quanto a sua estrutura e funções.

Os meios de comunicação de massas e as crescentes facilidades de transporte abrem para a população rural, até então concentrada em núcleos isolados e dispersos, novas perspectivas de vida. Contingentes de migrantes se deslocam do campo para as cidades, atraídos pelo eco do progresso dos grandes centros e dos florescentes parques industriais, agravando sobremodo os problemas urbanos. As novas condições criadas exigem mudanças nas formas e estilo de vida industriais e coletivos, de índole conservadora e patriarcal, torna-se, bruscamente, em igualitária, assumindo todos os membros responsabilidades financeiras para o seu sustento e adquirindo cada um deles, crescente emancipação. Reformulam-se valores.

Por outro lado, os fenômenos de ascensão social evidenciam um esforço generalizado para a conquista de níveis mais altos no escalonamento social, com acentuada supervalorização dos bens materiais em detrimento dos valores éticos e espirituais.

Em meio aos conflitos de ordem econômica, cultural e psico-social que acompanham a mobilidade horizontal e vertical da sociedade, os jovens são despertados para novos interesses e apresentam solicitações que não encontram resposta no grupo familiar, tornando-se-lhes difícil "elaborar uma escala de valores e um plano de vida baseado em ideais preciosos e significativos."

Proteção Social à Família: Não existente no Brasil qualquer programa geral, específico de assistência à família como unidade. É ela assistida por várias organizações que atuam em âmbito restrito ou em esfera mais ampla em função de problemas especiais e de determinadas categorias da população. Muito poucas se dedicam a sua assistência integral com ênfase no fortalecimento e manutenção da família como unidade social básica.

Como instrumento legais de proteção à família, conquanto de ação indireta, se incluem:

- a) A Previdência Social que, através de 7 Institutos de Aposentadorias e Pensões se obriga a prestações de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, por velhice e por tempo de serviço, auxílio-natalidade, pensão auxílio-reclusão, auxílio-funeral dos seus associados, estendendo a assistência médica e hospitalar aos beneficiários dependentes daqueles. Ainda não se incluem entre os beneficiários da Previdência os domésticos e os trabalhadores rurais;
- b) O Abono Familiar para as famílias numerosas, com pelo menos 8 filhos menores de 18 anos, cujo valor é atualmente irrisório. Recebe também o servidor público um abono por filho menor e pela esposa cujo valor tem sido revisto e aumentado;
- c) O Salário Família desde 1963, todo o chefe de família registrado em qualquer Instituto de Previdência recebe, por filho menor de 14 anos, a importância correspondente a 5% sobre o salário mínimo da região.

Planificação da Família: No Brasil, só muito recentemente vem o assunto despertando debates, encontrando-se ainda no terreno especulativo e controversial, existindo, porém, iniciativas isoladas e o número de adeptos entusiastas cresce dia a dia.

Alimentos Ricos em Proteínas- Nutrição: São aqui assinaladas mais uma vez as deficiências alimentares, especialmente as de origem proteica, salientando-se que embora o Brasil ocupe um dos primeiros lugares dentre os países de maior rebanho, no mundo, é insuficiente o consumo de carne e produção de leite, para cobrir as necessidades alimentares da população. Estima-se que haja um déficit de 11 milhões de litros diários de leite.

Durante 12 anos, a partir de 1960, o Brasil recebeu do FISI 555 mil toneladas de leite em pó. Recebe no momento, grandes partidas desse produto dos Alimentos Para a Paz.

Aspectos da Educação Nacional e Atitudes em Relação à Infância e a Juventude em geral.

A Educação tem constituído no Brasil um constante desafio aos poderes públicos sobre os quais para a responsabilidade de sua solução.

A vasta extensão territorial, a baixa densidade demográfica, a subnutrição, a deficiência de recursos materiais e de pessoal qualificado, a convocação prematura do menor para o trabalho, especialmente o agrícola, são aspectos que dificultam a marcha dos programas de educação e a deficiência de dados estatísticos, impedem uma real avaliação dos seus resultados.

Análise da Educação Pré-Escolar: No balanço entre as crianças em idade pré-escolar estimadas em 12.175.294 e o número de escolas maternas e jardins de infância existentes, resulta um déficit cerca de 5 milhões e meio de crianças sem esses cuidados educacionais.

Foi para remediar essa situação que o Diretor Geral do Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Saúde, como Delegado do Brasil, apresentou recentemente, na última reunião da Junta Executiva do FISI, em Nova York, um plano de emergência educativo-social e assistencial a ser posto em prática em todo o país, com a colaboração das igrejas. Serão construídos galpões simples, junto aos templos e obras assistenciais, para receber crianças de 2 a 6 anos, dando-lhes assistência alimentar, médica e social, preparando-as para o ingresso na escola primária.

Análise da Educação Primária: Há no Brasil cerca de 14 milhões e 200 mil crianças de 7/14 anos. Em 1961 estavam matriculadas nas escolas primárias aproximadamente 7 milhões de crianças.

Concorrem para o deficit escolar os seguintes principais fatores: aulas de curta duração, por falta de locais, as escolas funcionam em 3 até 4 turnos diários; instalações e equipamentos deficientes; precário preparo do pessoal e professores posto que 46% dos docentes não têm preparação adequada. No decorrer do ano letivo, 14% dos alunos abandonam as aulas; dos que ficam, 36,7 são reprovados; de cada 10 crianças que iniciam o curso primário, 4 chegam a 2ª série, 3 a 3ª série e, apenas 2 atingem a 4ª série.

A escolaridade média, não alcançou, no Brasil em 1959/60 a 2 anos.

Ensino Médio: Ginásial, Normal e Industrial, Agrícola e Comercial.

O ensino secundário compreende 2 ciclos: o básico de 4 anos: - Ginásial ou a Escola Industrial e o Colegial de 3 anos de duração, que prepara para todos os cursos universitários. O Normal prepara professores primários e o Profissional para o comércio, a indústria etc.

De 40 alunos que se graduam na 4ª série primária, 22 matriculam-se no curso ginásial. Dos 5,5 alunos que concluem o 2º ciclo, apenas 2,3 se matriculam no curso superior.

Ensino Superior: É incontestável o esforço que se vem fazendo no sentido da formulação da concepção brasileira de Universidade e sua democratização. O Brasil possui hoje 33 Universidades compreendendo 400 Faculdades. Em 1962, encontravam-se matriculados 100.338 alunos dos quais 53.094 em escolas oficiais e 47.244 em particulares. A taxa de diplomados em cursos superiores é de 4,5 por 10 mil habitantes enquanto na Argentina é de 46, nos Estados Unidos da América do Norte é de 145.

Saúde e Assistência

Contém o trabalho a descrição do plano de atividades para 1965, apresentado pelo Ministro de Estado, dos 8 principais órgãos do Ministério da Saúde.

Serão citados, simplesmente, as principais atividades do Departamento Nacional da Criança, por tratar-se de órgão especializado no campo da proteção da maternidade, da infância e da adolescência.

Departamento Nacional da Criança

Ao Departamento Nacional da Criança (DNCR) cabe a coordenação de todas as atividades nacionais em favor da Maternidade da infância e da adolescência, segundo o Decreto-Lei nº 2.024 de 17 de fevereiro de 1940.

Destacam-se no programa de trabalho para 1965, as seguintes atividades em realização em todo o país, com a participação das 7 Delegacias Federais da Criança (órgãos regionais) e do Instituto Fernandes Figueira (IFF) órgão de estudos bio-médico-sociais no campo da proteção materno-infantil: ampliação da campanha educativa, por intermédio dos Clubes de Mães, de Pais e Jovens; estudos do aproveitamento

tamento do leite em pó desnatado em crianças desde recém-nascidas, como solução econômica, muito conveniente aos países de fraca economia. Esses estudos que estão sendo realizados em ambiente hospitalar marcham para conclusões definitivas e francamente favoráveis. Por outro lado, o DNCR está estimulando a criação no nordeste do país de novas fábricas de leite em pó para fins assistenciais, a funcionar nas mesmas bases da que existe no sul, em Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, em plena atividade, cuja fundação obedeceu a um plano de cooperação em que o Governo local ofereceu a área para a construção, o Governo Federal construiu e o FISI doou o equipamento.

Iniciativa Particular e Órgãos Para-Estatais:

No decorrer do trabalho, foi a cada momento destacada a cooperação privada na solução dos problemas da Infância e Juventude, no entanto merece menção especial a Legião Brasileira de Assistência (LBA). A LBA é uma prestigiosa entidade de extensão nacional, a serviço da maternidade e da infância, tendo por base a proteção à família. Tem como Presidente de Honra a Senhora do Presidente da República, sendo dirigida por um Presidente, eleito pelo Conselho Deliberativo. Os recursos de manutenção provêm de duas fontes principais: 0,5% pago pelos empregadores sobre a folha mensal de pagamento dos empregados e cota igual do Governo da União.

Organizações de Jovens:

Além do escotismo e bandeirantismo, bastante difundidos no Brasil, há ainda a assinalar as organizações estudantis, os movimentos da Ação Católica como sejam: Juventude Agrária, Juventude Operária e Juventude Universitária. Os Clubes 4 S (saber, sentir, saúde, servir) e os Clubes de Jovens.

Colaboração Internacional:

A colaboração internacional foi citada à medida que foram tratadas as questões de educação e saúde, no entanto, merece especial menção a UNICEF/FISI em 11 programas de cooperação, tanto no campo da Saúde, no da Educação, como no de Serviço Social.

Considerações Gerais:

Para concluir, o autor aproveitou este capítulo de caráter geral, para abordar certos assuntos que não haviam sido incluídos no texto do trabalho como sejam: a conscientização, por parte do Brasil e demais países latino-americanos da real situação social, face ao Desenvolvimento Nacional; a necessidade de planejar a longo, médio e curto prazo para todas realizações nacionais. Nesse sentido, foram mencionados: o Plano SALTE, o Plano da Valorização Econômica da Amazônia, o da Comissão do Vale do São Francisco, especialmente o Plano Diretor da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento Nordeste).

Encontram-se ainda aí expostos as principais dificuldades para a execução dos programas assistenciais, em benefício da Infância e da Juventude.